



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Ana Belmira Vasconcelos Berenguer

**Descolagem de rótulos: um estudo sobre  
o Grupo Jovens Ativos Ciganos, em Braga**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Ana Belmira Vasconcelos Berenguer

**Descolagem de rótulos: um estudo sobre  
o Grupo Jovens Ativos Ciganos, em Braga**

Dissertação de mestrado  
Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura

Trabalho Efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Teresa Mora**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Agradecimentos

Agradeço primeiro de tudo pelo percurso percorrido na Universidade do Minho. Desde a licenciatura até à opção do mestrado, ainda que com muitas dúvidas e dificuldades pelo meio, sou grata por ter tido a possibilidade de decidir o que estudar e ter escolhido o que me apaixona. Foi um caminho que culminou em algo enriquecedor e que será certamente recompensado com um futuro de aprendizagens e feitos marcantes.

Aos meus pais, por me terem dado na cabeça quando pensei em desistir, e por me terem mostrado, ainda que de forma mais dura, que nenhum caminho é fácil e que todos os frutos a colher serão apenas para meu proveito. À minha mãe pelo abraço reconfortante e reparador, e ao meu pai pela forma realista de ver as coisas e que me fez perceber o quão alto posso voar se trabalhar para conquistar as ferramentas que mo vão permitir. Por eles tenho a maior gratidão.

À minha irmã que é uma força da natureza, que tem sonhos altos, capacidades que nem ela imagina e que, ainda que seja 10 anos mais nova, me defende com toda a garra. O mesmo farei por ela, no seu percurso e pela vida toda, para sempre.

Ao Rui Jorge, pela forma descomplicada de ver a vida, pela certeza de que tudo se acerta no final e pelo apoio nos dias em que mais duvidei de mim. Por me ouvir e ser a melhor recompensa depois de todas as horas mais desafiantes, por me resgatar dos pensamentos difusos e me fazer prestar atenção a tudo de bom do que a vida tem para oferecer. Que continuemos a caminhar sincronizados e com os olhos postos no nosso caminho.

À Clara, de quem tive o prazer de ser parceira no trabalho, companheira nos estudos e que levo como amiga para a vida. Pelas horas na biblioteca, as pausas nos corredores e dúvidas partilhadas, que celebremos agora os frutos do nosso trabalho.

À Regina Sequeira, que me apresentou o mundo da Cruz Vermelha de Braga em 2017, através do meu estágio curricular, e em quem vejo o tanto que a paixão pelo trabalho social tem impacto na vida das pessoas que dele necessitam para continuar a sua luta.

À minha orientadora, que mesmo de longe devido à pandemia, me ajudou e impulsionou, permitindo-me completar o meu percurso na Universidade do Minho.

Aos demais que através de palavras, mensagens ou ajuda fizeram com que este trabalho se tornasse algo real, um enorme obrigada!

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Resumo**

Esta investigação está inserida no âmbito do mestrado em Comunicação, Arte e Cultura, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e tem como objetivo entender se as atividades desenvolvidas pelo Grupo Jovens Ativos Ciganos, que faz parte do Projeto Geração Tecla da Juventude de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, contribuem para a descolagem de rótulos e preconceitos em relação à etnia cigana.

Para isso, procedeu-se ao enquadramento do Grupo e das suas atividades, para se perceber as fundamentações da criação do mesmo, e realizaram-se entrevistas a quem assistiu às sessões de formação de forma a se recolherem eventuais perceções em relação à etnia cigana anteriores à formação e as perceções posteriores à formação.

Com os resultados deste estudo, foi possível concluir que havendo mais informação em relação à etnia cigana, especificamente em relação aos seus hábitos, costumes e história, existe um maior entendimento das suas particularidades e até uma maior tolerância em relação aos seus comportamentos, sendo necessária a existência deste género de atividades que promovem a inclusão com base na educação.

**Palavras-chave:** Cruz Vermelha Portuguesa; Estereótipos; Etnia Cigana; Preconceitos.

## **Abstract**

This research is part of the Master's degree in Communication, Art and Culture of the Institute of Social Sciences of the University of Minho and aims to understand whether the activities developed by the Grupo Jovens Ativos Ciganos, which is part of the project Geração Tecla of Youth of Braga of the Portuguese Red Cross, contributes to the take-off of labels and prejudices towards roma ethnicity.

To this end, the Group and its activities were framed in order to understand the reasons for its creation and interviews were conducted with those who attended the training sessions in order to gather possible perceptions of roma ethnicity prior to the sessions and after the sessions.

With the results of this study, it was possible to conclude that if there was more information about roma ethnicity, their habits, practices and history, there would be a better understanding of its particularities. This type of activities are necessary to promote inclusion through education so that there is more tolerance.

**Key-words:** Portuguese Red Cross; prejudices; roma ethnicity; stereotypes.

## Índice geral

Declaração .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	iv
Introdução.....	1
1. Breve enquadramento espaço-temporal: a comunidade cigana em Portugal e em Braga .....	4
2. Uma problemática feita de conceitos imbricados.....	8
2.1. Representações sociais e estereótipo .....	8
2.2. Preconceito, discriminação e etnocentrismo.....	11
2.3. Estigma e exclusão social .....	13
3. Uma metodologia qualitativa.....	17
4. Apresentação e discussão dos resultados .....	20
4.1. Contextualização do Grupo Jovens Ativos Ciganos .....	20
4.1.1. Cruz Vermelha e a Juventude Cruz Vermelha em Braga .....	20
4.1.2. Porta de entrada: Centro Comunitário de Prado e o Projeto “Somos Mais” .....	22
4.1.3. Geração Tecla e o Grupo Jovens Ativos Ciganos .....	23
4.1.4. O papel do mediador cigano .....	27
4.1.5. Despreconceituando: os seis vídeos em ação .....	31
4.1.6. Testemunhando: sete formandos .....	35
4.1.7. Do outro lado: “alguém que mostra a possibilidade de um futuro diferente” .....	45
Conclusões.....	52
Bibliografia .....	55
Anexos .....	58

## **Índice de Siglas**

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

CMB – Câmara Municipal de Braga

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

FAPE – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ROMED – Programa Europeu de Formação de Mediadores

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 - Guião da entrevista aos formandos

Anexo 2 – Guião da entrevista aos formandos pertencentes à CVP

Anexo 3 – Sinopse das entrevistas aos formandos

Anexo 4 – Sinopse das entrevistas aos formandos pertencentes à CVP

Anexo 5 – Informantes privilegiados

## Introdução

O presente trabalho tem como foco de estudo o Grupo Jovens Ativos Ciganos. Criado em meados de 2017, no âmbito do programa Geração Tecla E7G, o qual faz parte da valência da Juventude da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Este grupo é atualmente constituído por cinco jovens de etnia cigana com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos. Os seus objetivos estão alicerçados na inclusão e formação de jovens e jovens adultos de etnia cigana do Bairro de Santa Tecla, através da “dinamização cultural” e da educação para uma “participação ativa” na sociedade. Para atingir estes objetivos, o Grupo Jovens Ativos Ciganos desenvolveu ações formativas e workshops em História e Cultura Cigana que pretendem a descolagem de rótulos e preconceitos em relação à etnia cigana, sendo os próprios jovens a dinamizar estas formações e a desconstruir os estereótipos associados à sua própria cultura. Estando inserido no projeto Geração Tecla, que engloba vários projetos interventivos que promovem a igualdade de oportunidades no âmbito educativo e laboral, o seu principal foco é a autonomização dos seus participantes.

O objetivo deste projeto de investigação é compreender de que forma as ações formativas e workshops desenvolvidos pelo Grupo Jovens Ativos Ciganos têm impacto no processo de desconstrução de atitudes estigmatizantes (preconceitos, rótulos, estereótipos) em relação à etnia cigana. Para obter informação, será realizada uma recolha de dados utilizando a técnica das entrevistas que serão feitas a trabalhadores da Cruz Vermelha e a elementos externos à organização que tenham participado como formandos nas ações desenvolvidas pelo grupo. Igualmente serão analisados materiais constantes das ações de formação, designadamente seis pequenos vídeos informativos. Com o levantamento e análise da informação recolhida, espera-se, à luz da problemática que orienta este trabalho, alcançar os seguintes objetivos: identificar e compreender eventuais atitudes estigmatizantes junto dos participantes e aferir os efeitos que as atividades desenvolvidas poderão ter ou não na alteração da perceção dos participantes em relação a este grupo étnico, bem como perceber se atividades deste género são proveitosas para a educação para uma maior inclusão. Para complementar as informações em relação ao grupo e para melhor compreensão das atitudes estigmatizantes em relação à etnia cigana, será, ainda, realizada uma entrevista a uma das técnicas responsáveis pelo grupo e pelo projeto, a Joana

Matos<sup>1</sup>, que é cigana, residente no bairro de Santa Tecla e que começou por ser voluntária na Geração Tecla.

A pertinência desta investigação surge da minha participação na Cruz Vermelha como voluntária em várias ocasiões, incluindo uma delas em que tive a oportunidade de assumir a liderança do negócio social “Somos Mais” no Natal de 2017, no Centro Comunitário de Prado. Este projeto, que explicarei em detalhe mais à frente, permitiu um contacto com pessoas de etnia cigana em contexto laboral, algo que me proporcionou a tomada de conhecimento em relação a alguns estereótipos com que estas pessoas lidam todos os dias e contra os quais tentam lutar através do seu envolvimento na instituição, sendo a sua intenção que as gerações mais novas das suas famílias possam usufruir de igualdade de oportunidades a nível social e laboral.

Como refere o *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*, datado de 2014, “apesar de os ciganos estarem radicados em Portugal há mais de cinco séculos, foram no passado e continuam, no presente, em muitas circunstâncias e/ou contextos, a serem mal vistos e alvo de discriminação, racismo e desigualdade social. São vítimas de um estigma ou atributo depreciativo” (Mendes, Magano & Candeias, 2014: 12). O estigma, por si só, tem diversas abordagens. Para Goffman (1988:12), o estigma corresponde a uma “marca ou atributo que desvaloriza o indivíduo”, dando-se o processo de estigmatização quando é feita uma rotulagem estereotipada do indivíduo e a consequente discriminação, ameaçando a sua identidade social e pessoal. O estigma caracteriza-se por ser causador de uma discrepância entre a “identidade social virtual”, ou seja, a forma como o indivíduo é caracterizado pela sociedade, e a “identidade social real”, composta pelos reais atributos do indivíduo. O autor refere ainda que os indivíduos que são classificados como “outros” e diferentes de “nós” como fruto das barreiras sociais impostas fazem, ao longo da sua vida, “um percurso mais penoso para atingir os mesmos objetivos que outros indivíduos a quem não sejam imputados estereótipos nem representações sociais negativas”. (1998:12)

Os membros da comunidade cigana, sejam eles adultos ou crianças, e seja qual for o contexto, deparam-se frequentemente com práticas maioritárias que os excluem logo à partida, “provavelmente devido ao facto de constituírem um grupo relativamente pouco numeroso, pouco familiar e ainda considerado “estrangeiro” pela maioria”, sendo este o tipo de situações que levam à “adoção de características antissociais e autodestrutivas, e de respostas mais agressivo-

---

<sup>1</sup> Este nome é fictício. Os restantes entrevistados serão referidos pelo número da entrevista.

defensivas à provocação externa” (Fonseca, Marques, Quintas & Poeschl, 2005:69). Como refere Castro (2012:118):

Quando se analisam as representações dos próprios ciganos sobre domínios, práticas e situações percecionadas como discriminatórias (...) fica patente a existência de um “racismo quotidiano” e quando se compara esta perceção com outros grupos também se chega à conclusão de que os ciganos são o grupo que mais se sente discriminado nas principais áreas da vida social.

E apesar de por vezes esta rejeição ou discriminação não ser evidente, não deixa por isso de ser sentida, podendo traduzir-se em nada mais do que apenas um comportamento diferenciador entre ciganos e não-ciganos.

Mendes (2005:19) assume que “o desconhecimento do universo simbólico deste grupo está estreitamente associado a atitudes de incompreensão, de não reconhecimento, de discriminação e de rejeição, assistindo-se por parte da sociedade envolvente à atribuição a este grupo de uma “identidade negativa””. Sendo algo com que estes jovens e adultos integrantes do Grupo Jovens Ativos lidam diariamente, espera-se conseguir obter uma real perceção da importância da desconstrução de mitos e preconceitos em relação à sua etnia com vista a uma maior inclusão na sociedade maioritária.

## 1. Breve enquadramento espaço-temporal: a comunidade cigana em Portugal e em Braga

Segundo diversos estudos, e como descrito por Eduardo Maia Costa (1995, apud Cortesão, Stoer, Casa-Nova & Trindade, 2005:17), o povo cigano é originário da Índia, havendo registo de que por volta do ano 1500 já se encontravam espalhados por toda a Europa. Terão entrado em Portugal na segunda metade do século XV, vindos de Espanha, havendo referências da sua presença no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, de 1510, e na *Farsa das Ciganas* de Gil Vicente, de 1521. A sua história é repleta de perseguições, expulsões e castigos, tendo sido alvo de várias queixas populares logo desde a sua chegada. Em 1526, D. João II emite um alvará que recusa a entrada de ciganos em território português e determina a sua expulsão. Em 1573, D. Sebastião renova esta política de expulsão, determinando o prazo de 30 dias para que todos os ciganos saiam do território nacional. Em 1592 esta lei é agravada, acrescentando-se a pena de morte para os que não a cumprissem. Só a partir de 1686 estas leis são amenizadas, mas não abolidas, determinando-se a expulsão dos ciganos estrangeiros, mas preservando os que estavam naturalizados ou já haviam nascido em Portugal, desde que “tomem domicílio certo, se vistam e falem como os portugueses e se dediquem a atividades honestas”, como refere Cortesão et al. (2005:18). Estas medidas refletiram uma tentativa de exigir aos ciganos que assimilassem os costumes e cultura portugueses, abolindo as suas características diferenciadoras no que toca a trajas e termos linguísticos próprios, embora tenha sido sem grande sucesso já que demarcou ainda mais a sua identidade étnica, fator que perdura até aos dias de hoje. Como refere Mendes (2005:36), “trata-se de um grupo que, aparentemente, ao longo de gerações sucessivas, tem mantido traços sociais e culturais mais ou menos “constantes” ou “invariáveis”, demarcando-se com alguma nitidez da sociedade mais ampla”. A autora também refere que este conjunto de valores e práticas peculiares e dissonantes da sociedade maioritária “afigura-se como um fator gerador de processos de estigmatização social”, acrescentando que “este processo não pode ser dissociado do desconhecimento mútuo que existe entre ciganos e não-ciganos. Com efeito, é neste vazio e ignorância recíprocos que se inscreve a formação de imagens totalizantes e de estereótipos relativamente a uns e a outros, sobretudo por parte da maioria relativamente à minoria” (2005:18). Como mais à frente se verá, iremos retomar estes conceitos, de estigma e estereótipos, dada a sua pertinência para este estudo.

Com a Revolução Liberal, e através da Constituição de 1822 e da Carta Constitucional de 1826, as desigualdades em função da raça são eliminadas e é reconhecida a cidadania portuguesa a todos os nascidos em território nacional. No entanto, este povo não deixa de ser alvo de vigia e perseguições, tendo ficado regulamentado em 1848 e em 1920 uma severa vigilância por parte das forças policiais. Até à Revolução de 25 de abril de 1974, a permanência de comunidades ciganas no mesmo local por mais de 24 horas estava ainda proibida, tendo sido reforçada a vigilância policial no regulamento da Guarda Nacional Republicana em 1985 com recurso ao termo “nómadas” como forma de disfarçar a real pretensão de vigiar os indivíduos de etnia cigana, já que os ditos “nómadas” existentes em Portugal eram maioritariamente ciganos.

Todas estas leis foram acentuando a desigualdade e uma clara diferenciação de tratamento quando se trata de elementos de etnia cigana, refletindo-se até hoje nas representações sociais negativas acerca de pessoas que fazem parte destas comunidades, e sendo o principal fator inibidor da plena inclusão social. Casa-Nova, citada por Cortesão et al. (2005:19) refere que tais representações sociais negativas se refletem em vários âmbitos, dando

frequentemente origem a comportamentos racistas, evidenciados na negação, por parte de indivíduos da sociedade maioritária, do acesso ao trabalho no que concerne a indivíduos mais jovens destas comunidades, quando estes procuram integrar-se no mercado de trabalho em ocupações fora do campo estrito do trabalho em que a maioria da comunidade se movimenta: a venda nas feiras.

Mendes (2005:18) menciona que “são escassas as oportunidades de mobilidade social e de quebra deste ciclo vicioso de empobrecimento para as gerações mais jovens e vindouras”, acrescentando que

não é de estranhar que os indivíduos pertencentes a este grupo apresentem uma inserção relativamente problemática e controversa na sociedade envolvente, largamente amplificada pelas imagens pouco positivas veiculadas pelos *media*. Sendo dotados de uma identidade étnico-cultural e de modos de vida específicos, nem sempre coincidentes ou compreendidos pela sociedade dominante, e embora não sendo impermeáveis aos valores, estilos de vida, recursos e potencialidades próprios da sociedade envolvente, este grupo está claramente exposto a constantes processos de desestruturação, de mutação e de (re)construção social.

Segundo Castro (2012:117), mediante os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos sobre as práticas discriminatórias dos não ciganos em relação aos ciganos,

os ciganos são não só rejeitados em larga escala, como o são em maior escala que outras minorias residentes no país, nomeadamente as oriundas de países africanos” sendo “(...) o grupo que se sente discriminado nas principais áreas da vida social, desde as instituições de prestação de serviços públicos até aos espaços de diversão ou de comércio e lazer.

Os conceitos de representações sociais e de discriminação serão igualmente retomados mais adiante. Há, porém, que esclarecer, desde já, que não se pode falar apenas numa “comunidade cigana”, quer seja em Portugal quer seja na cidade de Braga, já que existem várias e todas diferentes entre si. Duarte et al. (2005:20) aborda o conceito de comunidade, resumindo-o a um conjunto de relações sociais que englobam “elementos tão diversos como a importância da família, Igreja e comunidade local, a importância da solidariedade e união, o compromisso de natureza moral e adesão comum a um grupo social e, finalmente, a importância central do passado e da tradição”. De acordo com Cohen (1985:15, apud Duarte et al., 2005:22), a comunidade é “onde se aprende e onde se continua a praticar ao longo da vida o “ser social”, devendo ser compreendida como o “sentido da primazia da pertença”. O conceito de comunidade vai de encontro ao termo “etnia”, que abordado por Mendes (2005:22), e com base em autores anglo-saxónicos, significa “apego a uma cultura de origem, relativamente à qual os indivíduos têm algum poder de escolha”, remetendo para “a partilha de uma cultura comum, partilha que é relativamente voluntária já que alguma margem de liberdade é deixada aos indivíduos no sentido de que podem abdicar da cultura de origem a favor de outra (...)”.

Neste contexto de enquadramento da comunidade cigana, importa ainda clarificar o termo “minorias étnicas”, que é abordado por Teixeira Fernandes como devendo ser substituído por “grupo étnico”, já que “o termo minoria pode ter uma significação puramente estatística” referindo-se a um “subconjunto menor em número do que outros subconjuntos ou conjuntos”. O termo “minorias” pode ainda aludir a não só uma desvantagem numérica, mas também “designa aqueles que dispõem de menos recursos (autoridade, prestígio, poder, competência, etc.) para impor as suas opiniões”. (1995, apud Mendes 2005:24)

A autora refere:

Os ciganos enquanto grupo étnico caracterizam-se por uma série de elementos culturais comuns que configuram o seu “conteúdo étnico” e o seu “património cultural” peculiar, o que os distingue de *Outros* grupos com que entram em contacto. A ideia de uma origem comum, a tradição nómada, a língua, a valorização da idade e da experiência como princípios estruturadores do *status*, o respeito, o culto que consagram aos seus mortos, assim como a coesão e a diferenciação assumida face ao *não cigano*, são alguns dos traços que se podem encontrar nos distintos coletivos que se autotransformam em ciganos e que constituem parte integrante deste conteúdo étnico necessário à sobrevivência do grupo como unidade social diferenciada. (Mendes, 2005:37)

Todavia, Teixeira Fernandes (1995 apud Mendes 2005:24) ressalva que:

O próprio conceito de minoria étnica supõe de forma implícita a existência de uma homogeneidade de condições de vida de todos os indivíduos que têm em comum uma determinada pertença, ou seja, uma composição social homogénea, o que não é necessariamente verdade.

Se recorrermos à localização das comunidades ciganas para as diferenciarmos, no concelho de Braga, podemos apontar as que se localizam no Bairro Social de Santa Tecla, no Picoto, no Bairro Social das Enguardas e no Bairro Social da Ponte dos Falcões, bem como algumas comunidades dispersas como a do Monte de São Gregório em Maximinos. Existem ainda outras comunidades no concelho de Vila Verde. Como é sabido, e como a Joana Matos salientou na sua entrevista, todas as comunidades são diferentes entre si, e apesar de se alicerçarem em três aspetos comuns a todas, sendo eles o casamento, o luto e o homem das leis, têm as suas particularidades consoante os costumes que vão desenvolvendo nos locais onde se situam.

Se é certo que, para além dos traços comuns que partilham com todos os membros da sociedade portuguesa, compartilham traços comuns com outras minorias, os ciganos são, de múltiplos pontos de vista, membros de uma minoria com identidade própria, presentes desde há séculos na sociedade portuguesa e portadora de dimensões próprias de relacionamento com o resto da sociedade, que se foram “petrificando” ao longo dos tempos. (Padre António Vaz Pinto in Dias et al. 2006:8)

## 2. Uma problemática feita de conceitos imbricados

### 2.1. Representações sociais e estereótipo

Através deste estudo, que tem como enfoque o grupo Jovens Ativos Ciganos e a sua atividade, pretende-se perceber até que ponto o grupo de técnicos da área social que trabalham com pessoas de etnia cigana, de forma direta ou indireta, têm algum tipo de representações sociais em relação a este grupo étnico. Pretende-se também perceber se as ações desenvolvidas pelo grupo Jovens Ativos Ciganos têm um potencial efeito de quebra e rutura deste tipo de representações sociais. Sendo dadas pelos próprios jovens, que são de etnia cigana, e debruçando-se sobre os principais mitos e preconceitos existentes em relação à cultura cigana e que podem ser causa de atitudes estigmatizantes, interessa compreender a perspetiva anterior e posterior às formações por parte do grupo de técnicos que assistiu.

Atendendo a que estamos perante um grupo que, na sociedade portuguesa, vivencia, desde longa data, processos de discriminação, importa refletir e convocar através da revisão bibliográfica um conjunto de conceitos articulados entre si e que refletem a diferenciação de que os pertencentes a esta minoria étnica são alvo. No desenvolvimento da problemática começarei por apresentar o conceito de representações sociais, seguido dos conceitos estereótipo, preconceito e discriminação. Também se tornará a desenvolver o conceito de estigma na perspetiva Goffman e será feito um desenvolvimento acerca das exclusões sociais.

O conceito de representações sociais está implícito e será refletido por ocorrer de forma mútua, ou seja, da parte da comunidade portuguesa em relação à comunidade cigana e vice-versa, e por serem, em parte, adotadas por desconhecimento, preconceito e exclusão. O estudo empírico das representações sociais procura frequentemente “ilustrar as diferenças existentes entre grupos sociais ao nível das significações e comportamentos associados às suas representações respetivas”, sendo necessário assumir que “tais representações permitirão a comunicação entre os seus possuidores, mas serão geradoras de desacordo, tanto ao nível das suas respetivas crenças, como ao nível dos valores e dos comportamentos que lhes estão associados” já que “é na dialética das representações recíprocas e próprias, constitutivas da identidade psicossocial e das normas sociais de cada um dos grupos, que se processam a integração e a exclusão sociais” (Fonseca et al., 2005:9).

Citando Moscovici, que resgata o conceito de representações sociais aplicado no âmbito da Psicologia Social, Cabecinhas (2004:2) conceitualiza as representações sociais como sistemas de interpretação que regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento, intervindo ainda em “processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupar e as ações de resistência e de mudança social”. Também com base em Moscovici, Cortesão et al. (2005:11) refere que “as representações sociais abrangem preferências valorativas sobre a realidade e são componentes que servem de guia ao comportamento” acrescentando que quando é feita uma representação esta refere-se a um grupo sociocultural e não a sujeitos individuais, embora estes acabem por sentir as consequências, sejam elas positivas ou negativas, dessa mesma representação. Em suma, “as representações sociais são imagens mentais que os indivíduos vão construindo ao longo da sua existência”, podendo ser influenciadas pelos processos de socialização, pelas relações desenvolvidas nos diversos contextos sociais e até pelos meios de comunicação social. Por serem construções elaboradas pelos seres humanos, “são também passíveis de mudança pelos mesmos, o que confere ao conceito um carácter dinâmico e não estático” (2005:11).

Com base na abordagem de Moscovici, Sêga (2000:128) refere ainda que o processo de representação social passa por um primeiro passo de elaboração, onde sob indução social, é feita uma definição de objetivos e procedimentos específicos comuns a determinado grupo. As representações sociais apresentam-se assim como uma maneira de “interpretar e pensar a relação quotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar as suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem”, sendo por outras palavras, “um conhecimento prático que dá sentido aos eventos que nos são normais”.

Sêga (2000:129) também aborda este conceito baseando-se em Denise Jodelet, que considera que as representações sociais têm cinco características, entre elas o facto de terem um carácter autónomo, criativo, construtivo, simbólico e significativo, sendo que no caso das relações étnicas, inter-raciais ou intergrupais, mais concretamente no caso dos julgamentos sociais, “a tendência é fixar a imagem do outro dentro de um *status* natural ou biológico”, sendo que “essa “biologização” do social transforma as diferenças sociais em diferenças de ser”. As representações sociais permitem-nos mediar e interpretar o meio que nos rodeia, sendo entendidas como “teorias implícitas, que dão conta de operações mentais na interação quotidiana com o mundo, e em

particular a integração da novidade”, conferindo-lhes a dualidade de tanto poderem ser inovadoras como rígidas, promovendo “conversões de experiências e de percepções que conduzem a uma nova visão”. (Sêga, 2000:130)

Depois de abordado o conceito de representações sociais, Cabecinhas (2009:5) considera importante refletir sobre o termo “sociedade pensante” proposto por Moscovici e que expressa a ideia de que “o pensamento não pode ser considerado o produto de um indivíduo só” já que “todos os indivíduos são ativos na sua construção social da realidade, mas esta construção é efetuada em rede, no seio dos grupos sociais.” Este paradigma coloca em perspetiva o facto de os indivíduos e grupos sociais e os seus pensamentos estarem sempre sob influência de condicionantes externas, como a sua classe social, o estado, a igreja ou a escola, tornando os seus pensamentos em “meros reflexos dessas ideologias”.

Garcia-Marques e Garcia-Marques (2003:11) abordam o conceito de estereótipo segundo Lippmann, que aplicou pela primeira vez este termo em 1922. Os autores definem estereótipo como sendo as “representações cognitivas de grupos humanos e categorias sociais” e que estão diretamente ligadas a conceitos partilhados socialmente “pelo que o seu conteúdo é determinado pela assimilação dos valores sociais vigentes, assimilação essa que ocorre naturalmente durante a socialização de um indivíduo a uma cultura”.

Cabecinhas recorre igualmente a Lippmann para a definição do conceito, refletindo sobre como a cultura nos fornece os elementos para recortarmos e construirmos a realidade com significados consistentes e estáveis. Lippmann considera que os estereótipos se formam a partir do sistema de valores do indivíduo, sendo imagens mentais que se interpõem entre o indivíduo e a realidade, e que têm a função de organizar e estruturar a mesma. Cabecinhas (2014:152) acrescenta que os estereótipos “também são “defesas” que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais”, podendo adotar um carácter mais “rígido” especialmente nos casos em que o indivíduo tem pouco ou nenhum contacto direto com os grupos sociais sobre os quais projeta o estereótipo. Uma das características dos estereótipos é a sua persistência ao longo do tempo e resistência à mudança, além de estarem frequentemente ligados a fortes associações emocionais que, especialmente quando são de carácter negativo, representam o “preconceito”.

A formação do estereótipo, que é um processo de categorização, espelha a necessidade de reenquadrarmos o “geral” para melhor compreensão do mundo em que vivemos. Kruger, para

quem os estereótipos são crenças que atribuímos a determinado grupo humano com base em atributos como características, traços psicológicos, morais ou físicos, explica que quando enquadrarmos essas crenças e nos comportamos segundo elas nas nossas interações sociais, estamos a ser influenciados pela percepção social, que se articula ao pensamento, à memória, à tomada de decisão e à nossa motivação. Da nossa percepção social surge então a categorização, que é “a aplicação de nomes ou expressões a experiências decorrentes da estimulação social.” (2004:37)

Apesar de vivermos num mundo cada vez mais complexo e diverso, e de esta diversidade ser algo que é preciso valorizar, a sua compreensão acarreta também um preço cognitivo, sendo mais fácil optar pela omissão de detalhes e pela generalização. Em resposta a essa complexidade, “nós reduzimos o ambiente social à nossa escala cognitiva” achando necessário reconstruí-lo “numa versão simplificada em que possamos lidar com ele” (Garcia-Marques e Garcia-Marques, 2003:13). Isto leva a que nos limitemos a notar um atributo que indicia um “tipo de pessoa” e a preencher o resto da imagem com os estereótipos que temos vincados, fazendo deles um instrumento de “processamento de informação relativo a grupos e categorias sociais, determinando que informação é elaborada e que informação é negligenciada” (Garcia-Marques e Garcia-Marques, 2003:20).

Cabecinhas (2014:158) considera importante diferenciar os estereótipos pessoais enquanto fenómeno psicológico, já que são as associações feitas por determinado indivíduo, e o estereótipo sociais, enquanto fenómeno cultural, que se refere às associações consensuais elaboradas por dada população.

## 2.2. Preconceito, discriminação e etnocentrismo

Como referido acima, e como descrito por Helmuth Kruger (2004:37), “quando estiverem associados a sentimentos, estereótipos sociais passam a constituir estruturas psicológicas de maior complexidade, caracterizadas como atitudes e preconceitos sociais.” O preconceito deriva da junção entre os estereótipos sociais, sejam eles positivos ou negativos, e os sentimentos daí produzidos, sejam eles de aceitação ou rejeição, culminando em atitudes sociais, que, caso sejam negativos, têm como efeito o preconceito social. Podemos ainda diferenciar dois tipos de preconceito: o flagrante e o subtil. Cabecinhas (2014:162) explica que o preconceito flagrante é referente à rejeição do grupo-alvo, à percepção deste como ameaça e à rejeição de intimidade com

os seus membros. O preconceito subtil é mais complexo e integra três dimensões, sendo elas a percepção de que o grupo-alvo não se insere nos valores tradicionais da sociedade, a acentuação das diferenças entre o grupo-alvo e o grupo de pertença e a negação de emoções positivas em relação aos membros do grupo-alvo.

O efeito imediato dos preconceitos sociais é a discriminação que é “um tratamento injusto, quer dizer, uma forma de relacionamento, avaliação e atendimento comparativamente desigual e desfavorável, proporcionado a uma coletividade humana ou individualmente a pessoas que a integram” (Kruger, 2004:38). Cabecinhas acrescenta que o termo discriminação, no seu sentido negativo, “é utilizado para referir percepções, avaliações ou comportamentos que resultam numa desvantagem para o grupo-alvo, isto é, que prejudicam o outro” (2007:22). A autora refere ainda que surgem outros termos ligados ao conceito de discriminação, tais como o etnocentrismo, o racismo, a xenofobia, o nacionalismo, entre outros.

Ainda no mesmo artigo e segundo William Graham Sumner, Cabecinhas (2007:24) define etnocentrismo como “uma forma de ver em que o grupo de pertença é o centro do universo e todos os outros são avaliados tendo como referência o grupo próprio”, sendo visível de forma mais clara nas tradições populares de diversos povos com vários níveis de desenvolvimento. Cada grupo exalta as suas qualidades, as suas tradições, os seus costumes e normas, olhando para os “estrangeiros” com desconfiança e superioridade.

O fenómeno do etnocentrismo é universal e global, já que se observa em todos os povos humanos e engloba componentes cognitivas, afetivas, avaliativas e comportamentais, assentando na distinção entre o grupo de pertença e os outros grupos. Tal facto leva a que cada povo exagere de forma a intensificar os traços particulares que o distingue dos outros povos, implicando uma desconfiança e intolerância em relação a outros grupos, como refere Sumner: “Cada grupo se definiria a si mesmo como o único representante da ‘humanidade’, excluindo os outros, e elegeria o ‘nós’ como o ‘verdadeiro Homem’, por oposição ao ‘outro’ que seria em certo grau ‘desumanizado’ (1940:14 apud Cabecinhas 2007:25).

Cunha (2016:121) acrescenta que “a distorção etnocêntrica não se expressa apenas no modo como avaliamos os outros através de julgamentos morais e hierarquizantes, mas também, de modo geral, em usar na sua leitura parâmetros e conceitos que são sobretudo relevantes - ou que apenas têm sentido - para nós, não para esses outros.” A definição de tradições, normas e costumes pelo grupo dominante pode levar à anulação ou submissão do outro grupo, que anui

como forma de ser aceite. Cuche (1999:45) refere que “o etnocentrismo pode assumir formas extremas de intolerância cultural, religiosa ou ainda política. Pode também assumir formas subtis e racionais.”

### 2.3. Estigma e exclusão social

Torna-se importante abordar de novo o conceito de “estigma”. Voltando a citar Goffman (1988:7), o comportamento estigmatizante ocorre quando uma característica do indivíduo, que pode não ser necessariamente física ou visível, não coaduna com as expectativas ou normas sociais impostas em relação ao próprio, ou seja, “é a situação do indivíduo que está inabilitado para uma aceitação social plena”.

O autor identifica três tipos de estigma, sendo estes as abominações do corpo, ou seja, as deformidades físicas; os desvios de carácter, como distúrbios mentais, prisão, vícios, alcoolismo, homossexualidade, desemprego e os estigmas tribais, associados à pertença a uma raça, nação ou religião. Goffman (1988:14) refere que em todos estes exemplos de estigma encontram-se as mesmas características a nível sociológico: “um indivíduo que poderia facilmente ter sido recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode impor-se à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto.”

Ao longo do livro *Estigma*, Goffman (1988:14) refere-se aos “normais” como aqueles “que não se afastam negativamente das expectativas particulares”, interessando por isso analisar as relações que são estabelecidas entre os ditos “normais” e os estigmatizados. Quando “normais” e estigmatizados interagem, pode ocorrer que o seu contacto não seja pleno, havendo tendência para o indivíduo estigmatizado apresentar algum tipo de desconfiança, insegurança e até pode suscitar hostilidade por não saber aquilo que os outros pensam realmente em relação a ele: “isso representa uma deficiência quase fatal do sistema do “eu” na medida em que este não consegue disfarçar ou afastar uma formulação definida que diz “eu sou inferior, portanto as pessoas não gostarão de mim e eu não poderei sentir-me seguro com elas”. Qualquer que seja a conduta adotada, tanto por um indivíduo como por outro, haverá muitas vezes a sensação de que os “normais” podem ler as atitudes do estigmatizado com recurso a significados não intencionais, ou seja, “erros menores ou enganos incidentais podem ser interpretados como uma expressão direta do seu atributo diferencial estigmatizado”.

O conceito a ser abordado a seguir, o de exclusão social, adquiriu maior notoriedade a partir da década de 1980 com a necessidade de definir a questão do crescente empobrecimento. Como refere Alfredo Bruto da Costa (1998:10) “a pobreza e a exclusão social são realidades distintas e nem sempre coexistem ou estão interligadas”, acrescentando que ambos os conceitos estão relacionados no sentido em que “os recursos dos pobres ficam tão seriamente abaixo do controlado pelo indivíduo ou família que eles são de facto excluídos dos padrões de vida, costumes e atividades correntes”. Quanto à noção de exclusão social em si, e em termos simplificados, segundo Robert Castel, referido por Costa (1998:10), reporta-se à “fase extrema do processo de marginalização entendido como um percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade”, sendo que estas ruturas ocorrem a vários níveis, seja o nível familiar, afetivo, amizades ou do próprio mercado de trabalho. A expressão “exclusão social” foi introduzida no discurso comunitário no princípio dos anos 90 onde se entendeu que a exclusão não é apenas a fase terminal de um processo, mas sim o próprio processo de marginalização em si. Como refere Fonseca et al. (2005:6), a comunidade cigana constitui uma minoria étnica que, não só em Portugal como na Europa, mantém com a sociedade dominante relações complexas de integração e exclusão”, sendo tanto alvo como atores de processos de marginalização e aculturação, mantendo, no entanto, uma identidade própria e muito característica baseada em sistemas de valores, crenças e normas culturais específicas.

A noção de exclusão também suscita logo a questão “excluído de que?”, ou seja, implica a existência de um contexto de referência do qual se é ou se está excluído. A qualificação de exclusão social permite interpretá-la como estando relacionada com a sociedade, ou seja, exclusão da cidadania. Ao definir-se “exclusão social” fica implícita a definição do seu contrário, ou seja, inclusão social, integração social ou inserção social. Segundo Costa (1998:14) “pode considerar-se que o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, acesso que deve entender-se como uma forma de relação. Aquele conjunto de sistemas pode ser mais ou menos amplo, consoante o conceito de cidadania que esteja subjacente. Parece possível agrupar os sistemas sociais básicos nos cinco seguintes domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas.”

O domínio social é caracterizado pelo conjunto de sistemas (grupos, comunidades e redes sociais) em que uma pessoa está inserida, desde os mais imediatos e restritos, como a família, vizinhança, associação desportiva e cultural, grupo de amigos, comunidade cultural, até aos mais amplos como a comunidade local, o mercado de trabalho, a comunidade política. O mercado de

trabalho aparece nesta parte social não como fonte de rendimento (presente no domínio económico) mas sim como na sua qualidade de local e fator de socialização e integração social. Argumenta-se que por causa do papel de integração social do trabalho, um emprego mesmo quando é precário e com uma remuneração baixa, é preferível ao desemprego mesmo com um subsídio razoável. A relevância do domínio territorial prende-se com a questão de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não só às pessoas e famílias, mas também a todo o território em que estão inseridas certas freguesias ou concelhos rurais, á que tal fator de localização pode ter interferência na questão de acessibilidade ou atividades económicas. As referências simbólicas têm a ver com uma dimensão subjetiva da exclusão, englobando todo um conjunto de “perdas” pelas quais o excluído passa, como a perda da identidade social, da autoestima, da autoconfiança, da perda de perspectiva de futuro, da capacidade de iniciativa, motivações, pertença à sociedade. Todas estas dimensões estão relacionadas e podem ser sobrepostas, como é o caso do desemprego, por exemplo, onde o indivíduo acarreta perdas de rendimentos normais (domínio económico), que por sua vez afeta as relações sociais (domínio social) e por outro na sua identidade social (domínio das referências). Existem também níveis mais ou menos satisfatórios de acesso, os quais configuram graus diversos de exclusão. A noção de graus de exclusão ajuda a compreender que nem todas as formas de exclusão se traduzem numa falta de acesso a todos os sistemas sociais básicos, estando intimamente relacionado com o facto de a exclusão social constituir um processo, onde vão ocorrendo diversas ruturas a vários níveis.

Segundo Costa (1998:21), as exclusões sociais podem ainda ser agrupadas em vários tipos, já que se apresentam como um “fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo”. Para identificar os diversos tipos de exclusão existentes, o autor acrescenta ainda que “um dos critérios para essa classificação é o das causas imediatas – por oposição às causas intermédias e às causas estruturais – da situação”, ficando então identificados cinco tipos de exclusão social, sendo eles de tipo económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos autodestrutivos.

O tipo económico trata-se fundamentalmente de uma “pobreza” originada pela privação múltipla e pela falta de recursos. Esta forma de exclusão conduz o indivíduo a más condições de vida, emprego precário (instável, com baixa remuneração), baixos níveis de instrução e qualificação podendo ainda levar à sua fase mais extrema que coloca o indivíduo em situação de sem-abrigo. Uma situação prolongada de falta de recursos pode ainda ter influência nas características psicológicas, culturais e comportamentais do mesmo. O tipo social é quando a própria causa de exclusão se situa no domínio dos laços sociais, ou seja, existe algum tipo de privação ao nível das

relações, levando ao isolamento e falta de autonomia. Este tipo de exclusão pode não estar relacionado com outros tipos de privação e resultar apenas do estilo de vida dos indivíduos, mas há casos em que pode efetivamente estar relacionado com a falta de recursos e ser exemplo de como os tipos de exclusão podem decorrer uns dos outros, no caso o tipo económico e o tipo social serem interligados entre si. O tipo cultural está diretamente relacionado com as formas de exclusão ligadas a fenómenos como o racismo, a xenofobia, certas formas de nacionalismo ou eventos que possam levar à diferenciação de indivíduos que façam parte de minorias étnico-culturais. O tipo patológico refere-se a fatores de origem psicológica ou mental que levem ao afastamento e exclusão, nomeadamente dentro do seio familiar. Já os comportamentos autodestrutivos são comportamentos desviantes da norma social e podem estar relacionados com o álcool, toxicod dependência, prostituição ou pobreza. Estes comportamentos podem ser causa ou efeito de outros tipos de exclusão, como é o caso de uma situação de pobreza, por exemplo, poder estar sobreposta e relacionada com uma situação de toxicod dependência.

De salientar que no caso do nosso estudo, pelo exposto, estamos perante uma exclusão de tipo cultural com contornos, também de exclusão económica. Para finalizar, não devemos esquecer que, segundo Manuel Carlos Silva (2009:7) “as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societárias (pré)existentes das desigualdades”.

### 3. Uma metodologia qualitativa

Segundo Almeida e Pinto (1995:85) “as técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa”, sendo exemplo dessas técnicas utilizadas em ciências sociais as entrevistas, o inquérito por questionário, o teste, as escalas de atitudes e a regressão simples.

Optei por uma abordagem metodológica qualitativa para atingir os objetivos deste estudo, utilizando a técnica da entrevista, com guiões semiestruturados, cujo procedimento de recolha da informação pretendida é feito através da comunicação verbal. A escolha do método qualitativo de abordagem dedutiva baseia-se na intenção de observar e interpretar os fenómenos a estudar, tendo por base as dinâmicas individuais dos entrevistados e esperando assim compreender os efeitos que as ações do grupo tiveram nas perceções destes indivíduos em relação aos elementos de etnia cigana e às suas particularidades culturais. Os guiões foram divididos em três partes: na primeira parte é feita a caracterização do entrevistado; a segunda parte pretende-se compreender quais os contextos de trabalho e relações com elementos de etnia cigana e a terceira parte incide sobre as perceções e avaliações em relação à formação organizada pelo grupo Jovens Ativos Ciganos em que os entrevistados participaram. Interessou-nos identificar eventuais atitudes estigmatizantes anteriores e os efeitos que as atividades desenvolvidas poderão ter tido, ou não, na alteração da perceção destes mesmos em relação aos indivíduos de etnia cigana.

As entrevistas, cujos guiões se apresentam em anexo, foram aplicadas entre o mês de dezembro de 2020 e janeiro de 2021 e destinaram-se a trabalhadores da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa e a pessoas externas à organização que estiveram presentes nas formações realizadas pelo grupo durante o ano de 2018. Também foi realizada uma entrevista à Joana Matos, que é uma das técnicas responsáveis pelas atividades do grupo, e que também é de etnia cigana, com o intuito de compreender as fundamentações e as dinâmicas do grupo, bem como perceber o seu ponto de vista em relação ao estigma e preconceito com o qual se depara.

Os entrevistados pertencentes à delegação de Braga da CVP foram quatro, sendo eles o coordenador nacional da Juventude, uma técnica superior de educação, um psicólogo educacional e uma voluntária e integrante do PIICIE (Projeto Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Cávado) que englobou jovens da organização em algumas das suas atividades. Quanto

aos entrevistados externos à organização, foram realizadas três entrevistas a pessoas que foram convidadas a assistir às formações, sendo elas uma técnica superior de Ação Social da Câmara Municipal de Braga, uma coordenadora técnico-pedagógica da Câmara Municipal do Porto e ex-coordenadora do projeto Tetris, que teve algumas atividades coincidentes com a Geração Tecla, e uma técnica de sociologia que acumula funções na CPCJ e na BragaHabit, empresa de habitação social em Braga. As pessoas a serem entrevistadas foram apuradas através do registo de presenças nas formações, cedido pela coordenação do projeto em dezembro de 2020, onde se optou por selecionar trabalhadores de serviços e entidades distintas, mas que têm em comum algum tipo de interação com pessoas de etnia cigana no seu âmbito laboral. Os contactos das pessoas a entrevistar foram obtidos com recurso à plataforma de contactos da Cruz Vermelha, através de colegas de trabalho e, no caso dos entrevistados externos à organização, através de email enviado às empresas onde trabalham. Estabelecido o contacto com as pessoas e apuradas as que se disponibilizaram para a entrevista, foi então explicado o contexto da investigação, foi combinado o dia e hora para a entrevista e foi necessário, em alguns casos, recordar o dia e local da formação como auxiliar de memória, dado que todos os entrevistados assistiram à sessão de formação durante o ano de 2018.

Para a realização destas entrevistas foi utilizado o computador, de forma a ter acesso ao guião semiestruturado, e um gravador de som para que depois se pudesse fazer a transcrição das respostas. As entrevistas foram realizadas presencialmente, excetuando três delas que foram realizadas através de uma reunião na plataforma *Zoom*, devido aos entrevistados se encontrarem noutra cidade.

Como refere Guerra (2006:10) e segundo Poupart (1997), as metodologias compreensivas têm vantagens de várias ordens: “de ordem epistemológica, na medida em que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da ação.” A autora acrescenta ainda, e citando Jean-Pierre Deslauriers, que a expressão “métodos qualitativos” não tem um sentido preciso em ciências sociais e que, no melhor dos casos, “designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, descodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente” (2006:11). Guerra refere que este tipo de metodologia compreensiva “observa, no mesmo movimento, o sujeito e a sociedade

em interação, mas também, e simultaneamente, os factos e as emoções que o acompanham” (2006:19), sendo este tipo de abordagem um meio de retratar várias perspetivas.

Como referido por Almeida e Pinto (1995:110), na entrevista centrada “importa mais obter informação que seja generalizável: o entrevistado proporcionará essa informação ao explicitar as suas próprias reações a uma situação dada”, tendo sido crucial a recolha da informação através desta técnica para que se pudessem desenvolver as questões e alcançar as informações pretendidas já que, como menciona Moreira (1994:133), “o entrevistador tem, assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptividade do entrevistado”. O autor evidencia ainda a importância da relação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado como fator determinante da qualidade das informações recolhidas, pois “atendendo ao curto período de tempo de que normalmente se dispõe numa entrevista é extremamente útil ter presentes as estratégias para estabelecer e manter essa relação”, acrescentando ainda que é favorável “tirar partido de eventuais interesses comuns entre entrevistador e entrevistado a fim de se favorecer a interação na situação da entrevista” (1994:140).

No caso das pessoas entrevistadas, tanto as da organização como as externas, e ainda que o acesso às mesmas tenha sido dificultado pela falta de informação registada aquando da presença na formação, por ser voluntária na delegação de Braga consegui aceder a elas através da plataforma de contactos e criar um ambiente de conversa mais descontraído. Realizei as entrevistas nos contextos laborais de cada um dos entrevistados, e por conhecer alguns deles, consegui recolher informações mais detalhadas sobre os contextos das formações, bem como esclarecer algumas dúvidas sobre o projeto, nomeadamente com os entrevistados internos à Cruz Vermelha. Moreira aborda também a questão da confidencialidade da entrevista no caso da informação recolhida poder ser de carácter pessoal, salientando a importância de “explicar os pressupostos e possíveis usos da pesquisa em questão” (1994:141). Como descrito no guião, a entrevista é anónima e confidencial em termos da identificação dos participantes. Procedeu-se apenas à recolha de informação que permitisse estabelecer o perfil do entrevistado no sentido de identificar a profissão, tempo e local de trabalho e habilitações literárias, de forma a justificar a pertinência da presença na formação. Estes dados estão apresentados na análise de conteúdo.

## 4. Apresentação e discussão dos resultados

### 4.1. Contextualização do Grupo Jovens Ativos Ciganos

#### 4.1.1. Cruz Vermelha e a Juventude Cruz Vermelha em Braga

A história da Juventude Cruz Vermelha em Braga ainda é recente comparativamente à história da Delegação de Braga. A sua criação remonta ao início de julho de 1976, aquando da criação do setor Juvenil, que reunia dezenas de jovens que integravam ações de divulgação da CVP em feiras, exposições e escolas. Iniciaram-se também ações de voluntariado no Hospital de S. Marcos, atividades de colónias de férias para crianças oriundas de meios vulneráveis e prestou-se apoio em eventos de cariz social, cultural e religioso. Em 1978 já o setor da Juventude tinha alguma autonomia administrativa e foram realizadas as primeiras Jornadas Nacionais da Juventude em 1982.

Nos anos de 2004/2005 foram reestruturadas as diretrizes do papel da Juventude Nacional, e tendo a Política da Juventude de 1999 como base orientadora para qual deveria ser o papel dos jovens na organização, inicia-se uma fase de recrutamento e capacitação da camada de voluntariado jovem em todo o país. Englobando jovens entre os 8 e os 35 anos, a Juventude inicia em 2006 a sua atividade em projetos direcionados à comunidade bracarense como é o caso de colónias de verão, participação em eventos académicos para apoio na área da saúde, intervenção em programas relacionados com a toxicodependência e psicologia, entre outros. Em 2009, a Juventude desenvolve parcerias para a participação em projetos de cariz internacional, como é o caso do “Erasmus+” ao abrigo do Serviço Voluntário Europeu.

Também neste ano se abarcaram outros desafios, especialmente com a iniciação das candidaturas ao programa Escolhas, que consolidou o trabalho que até então tinha sido desenvolvido nas comunidades de minorias étnicas de Braga, e que posteriormente permitiu a criação da “Geração Tecla”. A Juventude Cruz Vermelha age como dinamizador comunitário das camadas mais jovens e pretende a capacitação dos seus elementos para o exercício de uma cidadania ativa, tendo como particularidade o facto de ser um trabalho feito por pares, ou seja, de jovens para jovens.

Fundada em 1870, a delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Braga conta com 150 anos ao serviço da comunidade. A instituição faz parte de uma rede humanitária de Sociedades

Nacionais Cruz Vermelha, bem como da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Regendo-se pelos princípios fundamentais adotados na XXª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em Viena, e sendo estes a humanidade, a imparcialidade, a neutralidade, a independência, a universalidade, o voluntariado e a unidade, a delegação de Braga apresenta a assistência humanitária e social como sendo a sua missão, tendo especial atenção aos mais vulneráveis. A visão da instituição pretende ainda “estimular e promover todas as formas de atividades humanitárias, com o intuito de prevenir e aliviar o sofrimento humano e contribuir para a manutenção e promoção da dignidade humana e da paz no mundo”<sup>ii</sup>. A delegação de Braga tem atuação em diversos setores desde intervenção para as pessoas sem abrigo, toxicodependentes, na área da juventude, ação social, emergência, saúde e formação tendo ajudado mais de 15000 pessoas só no ano de 2019.

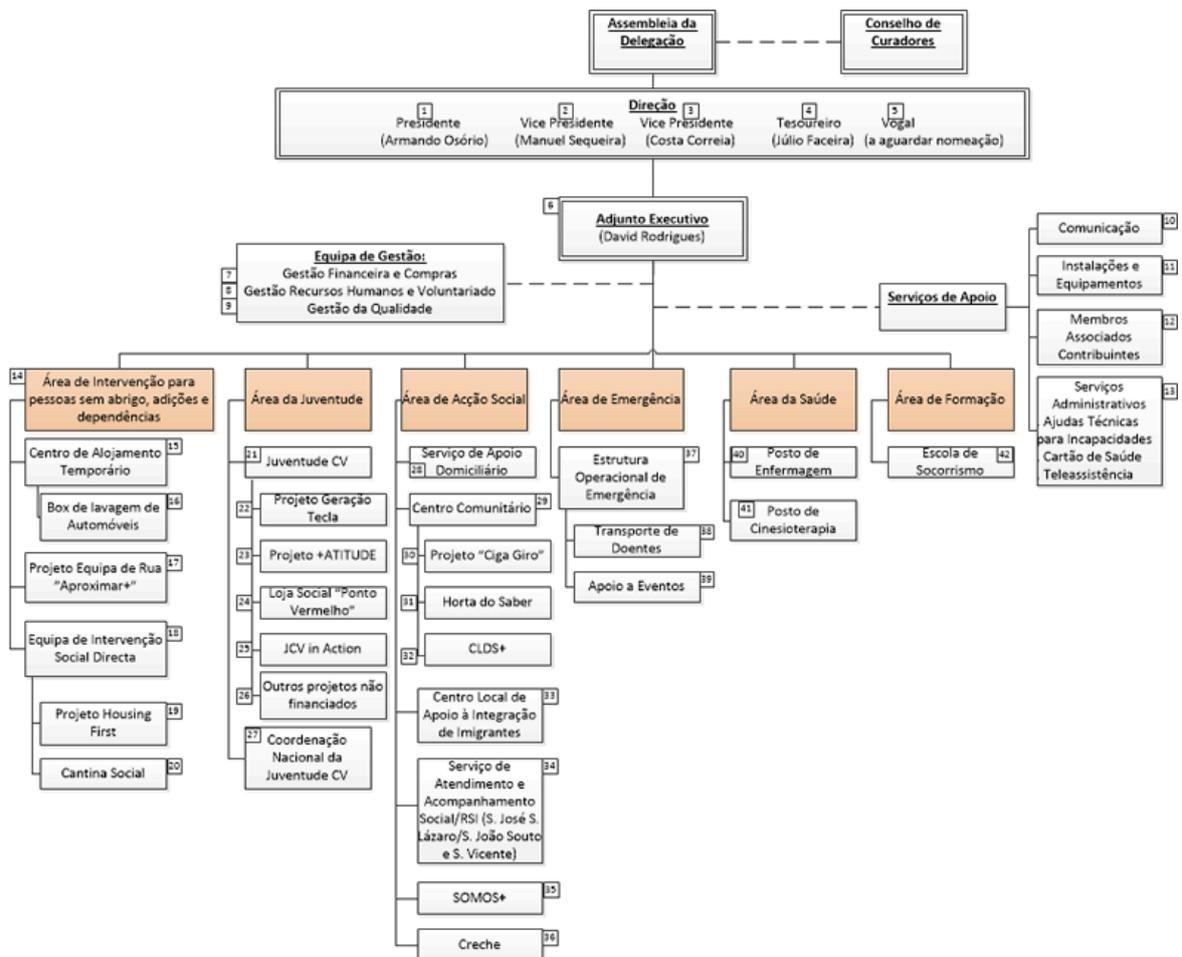


Figura 1- Organograma da Cruz Vermelha Portuguesa de Braga<sup>iii</sup> retirado do site institucional

Fonte: Site da Cruz Vermelha Portuguesa

#### 4.1.2. Porta de entrada: Centro Comunitário de Prado e o Projeto “Somos Mais”

Fundado em 2007, o Centro Comunitário de Prado é uma das valências da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Faz parte das suas funções a “prestação de serviços nas áreas de desenvolvimento e animação comunitária, atendimento e acompanhamento social e na promoção da qualidade de vida e do sucesso escolar das crianças e jovens do concelho de Vila Verde e arredores”<sup>iv</sup>. Em suma, o seu principal objetivo é contribuir para “a criação de condições que possibilitem aos indivíduos o exercício pleno do seu direito de cidadania, dar apoio na integração, inserção e participação social” sendo este objetivo dinamizado através do desenvolvimento de atividades que impulsionam a vida social e cultural. O centro comunitário engloba projetos como ATL (atividades de tempos livres), apoio ao estudo, atividades de férias, horta comunitária, bem como o projeto Somos Mais.

Na minha passagem pelo Centro Comunitário de Prado no ano de 2017, durante um mês, e enquanto realizava o meu estágio curricular, tive a oportunidade de conversar com algumas das mulheres de etnia cigana que fazem parte do projeto “Somos Mais” e que têm neste centro a sua única atividade laboral. O relato mais recorrente incidia sobre a dificuldade em arranjar trabalho noutra atividade por causa da sua etnia e os preconceitos a ela associados. Sendo assim, e aproveitando o facto de os seus filhos frequentarem as ocupações de tempos livres do centro comunitário, estas mulheres começaram por desenvolver algumas atividades como passar a ferro ou preparar as refeições servidas no centro, recebendo géneros alimentares como forma de pagamento, além de formação em outras áreas para que pudessem compensar a baixa escolaridade, devido a terem casado muito cedo, com competências adquiridas.

O projeto Somos Mais, que atualmente se encontra sem atividade por questões administrativas, é um negócio social da Delegação de Braga da CVP que produz e comercializa produtos artesanais, como compotas, biscoitos e chocolates. Estes produtos são confeccionados por colaboradoras no Centro Comunitário de Prado, na sua maioria de etnia cigana, e destinam-se à venda a empresas e particulares, de forma individual ou incluídos em cabazes. Este projeto vai de encontro aos objetivos do centro Comunitário, tendo como propósito a inclusão socioprofissional das pessoas em situação de vulnerabilidade, atuando como fator de resolução em relação à dificuldade de acesso laboral a indivíduos da comunidade cigana.<sup>v</sup>

#### 4.1.3. Geração Tecla e o Grupo Jovens Ativos Ciganos

O projeto Geração Tecla, que atualmente se encontra na sétima geração (E7G), surgiu no âmbito do programa Escolhas. O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional integrado no Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e foi criado em 2001, tendo como missão a promoção da inclusão social de crianças e jovens em contexto socioeconómico vulnerável, particularmente de descendentes de migrantes e elementos de etnia cigana, para uma maior igualdade de oportunidades e coesão social.<sup>vi</sup>

O trabalho de voluntariado no bairro social de Santa Tecla foi iniciado em 2007 com o projeto “Colorir o Sábado”, o que permitiu uma maior aproximação à comunidade residente por parte dos voluntários e técnicos da Juventude. Esta aproximação e o conhecimento adquirido pelos interlocutores permitiram a criação e consolidação do projeto Geração Tecla, cuja candidatura foi realizada em 2009 no âmbito da 4ª geração do programa Escolhas. Apoiado por uma rede de parceiros como a Câmara Municipal de Braga, a BragaHabit, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Polícia Municipal de Braga, a candidatura foi aprovada e iniciou-se em 2010 um trabalho estratégico e estruturado contínuo, tendo em vista a futura autonomia do projeto. Foi também a partir da Geração Tecla que a Delegação de Braga conseguiu criar uma equipa técnica de ação localizada no Bairro Social de Santa Tecla, com a mais-valia de ter a Joana como parte integrante da equipa, sendo ela residente da própria comunidade, o que facilitou o acesso aos restantes moradores.

Com o foco na inclusão, o projeto tem em vista a igualdade de oportunidades, o aumento de competências profissionais, a literacia digital e o reforço da coesão social, visando o desenvolvimento de ações interventivas e dinâmicas com os jovens e comunidade do Bairro de Santa Tecla. Como objetivos específicos, podemos apontar: “a diminuição dos níveis de absentismo escolar; aumentar a qualificação escolar e profissional; promover junto de crianças, jovens e seus familiares, agentes de intervenção e comunidade em geral o diálogo intercultural e desconstrução de estereótipos associados à comunidade cigana; a criação de produtos audiovisuais; a ocupação saudável dos tempos livres; ações cívicas e comunitárias.”<sup>vii</sup>

O grupo “Jovens Ativos Ciganos” é resultado de uma das oito ações participativas que fizeram parte do projeto “(Re)Escrever o nosso Bairro” por parte da Câmara Municipal de Braga. Estabelecido no ano de 2017 e com atividades programadas até 2020, a sua criação partiu da necessidade da existência de um grupo composto exclusivamente por elementos de etnia cigana como forma de iniciar e facilitar a integração dos jovens de etnia cigana em formações e experiências de emprego. Este grupo é constituído atualmente por cinco jovens, residentes em Braga e com idades entre os 16 e os 30 anos, que são responsáveis pela dinamização das aprendizagens que foram adquirindo. Apesar de não ser um grupo de Jovens Ativos formal, como existe em vários pontos do país ao abrigo de programas dos municípios, tem como base de atuação algumas das suas diretrizes, tendo contado com o apoio de outros mediadores e dinamizadores com experiência em outros projetos e iniciativas semelhantes que se desenvolveram noutros pontos do país.

O propósito da criação deste grupo passa por capacitar e dotar os jovens de competências pessoais e sociais para o exercício de cidadania fundamental, sendo esta capacitação alicerçada através do desenvolvimento de projetos, encontros, ações de formação e outras atividades orientadas para a desmitificação de preconceitos e sensibilização em relação à cultura cigana.

O grupo iniciou a sua atividade em outubro de 2017, através de um *Bootcamp* intensivo de três dias, onde os jovens que demonstraram interesse em fazer parte da iniciativa, tiveram a oportunidade de trocar ideias e refletir sobre os problemas das suas comunidades, bem como desenvolver um plano de trabalho com propostas que contribuíssem para a resolução das questões identificadas e para alinhar as atividades dos meses seguintes. Nesta primeira fase do projeto, foram convidados jovens ciganos de outras comunidades do país, oriundos de Lisboa, Algarve, Ericeira, Esposende e Figueira da Foz, para uma ação informal de formação, onde foram abordadas algumas técnicas de comunicação em público. Todos os jovens convidados eram licenciados, ou estavam a frequentar a licenciatura, tendo em simultâneo um papel ativo nas comunidades a que pertenciam. Este convite partiu da Virgínia Santos, que era à data coordenadora do projeto Geração Tecla, e que sentiu a necessidade de motivar os jovens bracarense pelo caminho do exemplo, mostrando que também eles poderiam ter um papel ativo nas suas comunidades e que poderiam traçar o seu próprio caminho, da mesma forma que os jovens convidados fizeram. Depois destas atividades, o grupo ficou organizado e mais sensibilizado para as atividades que iriam desenvolver na fase seguinte, tendo determinado encontros regulares

e candidaturas a novos programas de financiamento que fossem de encontro aos objetivos que haviam definido.

Na segunda fase do projeto, o grupo realizou uma candidatura ao programa FAPE- Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas em fevereiro de 2018, tendo esta candidatura sido realizada na base de um projeto que se intitulou “Das Origens ao Porvir”, onde foram estipuladas ações interventivas até novembro do mesmo ano. Esta candidatura, cujo objetivo principal foi a capacitação dos jovens para a formação em História e Cultura Cigana, teve como entidades parceiras e promotoras algumas instituições como a Associação Juvenil Synergia, a Cerci Braga, o Centro Cultural de Santo Adrião, a BragaHabit, a Câmara Municipal de Braga e a Câmara Municipal de Vila Verde. Esta fase do projeto surgiu da necessidade de um aprofundamento do conhecimento em relação à história e cultura das comunidades ciganas, para que através de uma maior informação se conseguissem quebrar estereótipos e preconceitos enraizados quanto aos costumes e práticas desta minoria étnica. As atividades formativas ao nível dos conhecimentos históricos e culturais destinaram-se não só a indivíduos exteriores à comunidade, mas também aos que fazem parte da mesma, aos quais se revelou ainda de grande importância a capacitação ao nível de apresentações perante o público como ferramenta de preparação para o exercício laboral. Estas formações formais em História e Cultura Cigana foram dadas pelo Bruno Gonçalves, vice-presidente da Associação Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e formador de mediadores do Conselho da Europa no Programa ROMED – Programa Europeu de Formação de Mediadores.

A candidatura ao programa FAPE serviu como ponto de partida para o projeto formativo contínuo, que se tornou depois autónomo e do qual se concluiu que existe maior envolvimento dos jovens de etnia cigana nos projetos se os mesmos forem dirigidos por indivíduos que sejam também eles de uma comunidade cigana, já que lhes dá um exemplo de sucesso e superação. A grande aposta foi o empoderamento dos jovens, para que ganhando consciência do seu enquadramento numa sociedade multicultural, obtivessem as ferramentas para ser um veículo de ações de informação, divulgação e sensibilização junto das suas próprias comunidades e da sociedade maioritária.

Depois do período de formação, o grupo iniciou a realização de workshops em História e Cultura Cigana, tendo contado com a presença do Bruno Gonçalves numa fase inicial. Começaram por fazer uma breve apresentação dirigida a técnicos de intervenção social, em maio de 2018, tendo

depois iniciado as formações orientadas para públicos estratégicos de Braga e Vila Verde no mesmo mês. Em junho apresentaram as sessões formativas no seminário organizado pelo Geração Tecla EG6 “Comunidade Cigana: a importância das relações na intervenção social” e voltaram a retomar os workshops em escolas e associações em outubro, depois das férias escolares dos constituintes do grupo. Esta fase de atividades práticas culminou numa grande evolução dos jovens ao nível das suas competências e conhecimentos, tendo ficado clara a importância de atividades deste género que contrariem o desconhecimento e desinformação por parte da sociedade maioritária, dos profissionais de educação e técnicos de intervenção local em relação às particularidades da cultura cigana, que ficou percebido nas sessões formativas.

Na terceira fase das atividades do grupo, simultaneamente com as restantes sessões de workshops agendadas, foram elaborados alguns vídeos para divulgação nas redes sociais do projeto, atividade descrita de seguida.

Para completar a descrição da criação deste grupo, e através de uma conversa telefónica e por email, obtive alguns esclarecimentos com informantes privilegiados. As informações obtidas, cujas transcrições se encontram na íntegra no anexo 5, foram recolhidas junto da ex-coordenadora do Projeto Geração Tecla, Virgínia Santos, e junto do Bruno Gonçalves. Além disso, foram disponibilizados alguns relatórios de execução dos projetos que sintetizaram os objetivos e o que foi realizado pelo grupo.

Em suma, e pelas palavras de Virgínia, “(...) as verdadeiras mudanças têm de vir de dentro, e neste sentido, tornou-se crucial envolver os jovens da comunidade no seu processo de mudança e integração, mantendo-os como parte do trabalho desenvolvido desde o diagnóstico dos problemas até às propostas de solução e à sua própria implementação.”

#### 4.1.4. O papel do mediador cigano

Ao longo deste estudo ficou evidente a importância da figura do mediador cigano, tendo sido uma das peças fundamentais na criação, definição de objetivos e desenvolvimento das atividades do Grupo Jovens Ativos Ciganos, além de ter sido referido em grande parte das entrevistas como fator facilitador da dinâmica das formações e workshops.

Será, aqui, feita uma abordagem teórica do conceito de mediação sociocultural, relacionando com o caso concreto da Juventude e do grupo Jovens Ativos Ciganos, e colmatando com algumas declarações obtidas através de informantes privilegiados, que se encontram em íntegra no anexo 5, bem como através da entrevista à técnica Joana Matos. Além disso, será ainda desenvolvida a temática do mediador municipal cigano ao abrigo do programa ROMED, do qual o Bruno Gonçalves faz parte como formador. A pertinência de abordar este tema surge do facto de o grupo Jovens Ativos Ciganos poder ser a “rampa de lançamento” para que alguns dos jovens tenham as ferramentas necessárias para agir enquanto mediadores das suas próprias comunidades.

Como descrito por Oliveira e Freire (2009:14), a mediação sociocultural tem em conta a dinâmica das relações sociais, pretendendo a criação do diálogo, a valorização do conflito e das diferenças de forma positiva e construtiva, bem como a promoção da participação ativa no exercício da cidadania, como direito e dever dos cidadãos, pretendendo uma maior integração de forma justa. As autoras referem que a mediação sociocultural é um conceito abrangente da mediação social, integrando ainda a mediação intercultural, mas não se restringindo a esta, sendo assim um tipo de processo que atua em múltiplos contextos de diversidade social e cultural. Em suma, “A mediação, designadamente a mediação sociocultural, é neste contexto amplo uma estratégia promotora da participação, do reforço dos laços sociais e da democracia, no sentido em que contribui para a construção de uma identidade comum, sem pôr em causa a legítima diversidade” (Oliveira e Freire, 2009:14).

Segundo Oliveira e Freire (2009:9), “é através da mediação sociocultural que se procuram obter, de forma ativa, as melhores soluções e a melhor compreensão dos problemas que afetam partes com culturas diferentes (...)”, ficando implícito que a mediação pretende ser o canal promotor da coesão e dos laços sociais entre culturas diferentes, facilitando o exercício pleno da cidadania. Os programas de mediação já existem há vários anos, mas têm-se tornado cada vez mais promissores e essenciais em vários domínios, como o laboral, educacional, comunitário,

judicial, nas relações interculturais, entre outros, tendo como pressuposto que o “objetivo fundamental para trabalhar os conflitos de forma produtiva e transformadora é formar para a responsabilidade e cooperação, prevenindo, assim, a indisciplina e a violência” (Silva, 2010:14). Castro e Santos (2010:141) acrescentam que “inicialmente orientada para a resolução de conflitos, a mediação foi assumindo cada vez mais um papel de reconstrução de novas formas de coesão social” através da “construção de canais de diálogo e de capacitação para a participação nas esferas sociais, políticas e económicas de populações que tendencialmente delas se mantêm afastadas”.

Segundo Almeida (2001, apud Oliveira e Freire, 2009:13), a mediação assumiu diversos usos e funções sociais, podendo ser vista “como meio alternativo de resolução de conflitos”, como “modo de regulação social” ou como “método de transformação social e cultural”, já que assume uma multiplicidade de práticas concebidas de forma a acompanhar fatores mutáveis, como a evolução dos contactos interculturais e a crescente homogeneização da sociedade ao nível social, cultural e étnico.

Esta crescente homogeneização que resulta numa sociedade pluricultural, conseqüente da globalização, exige que se apliquem outras ferramentas que facilitem a convivência, já que “cada cultura se vê confrontada com outras formas de viver, que são expressões de outras tantas culturas que reclamam o seu espaço” (Oliveira e Freire, 2009:13). As autoras referem ainda que a criação de figuras e de instrumentos de mediação é o que “facilita a comunicação quando esta se encontra de algum modo dificultada, nomeadamente quando algumas das partes apresenta vulnerabilidades acentuadas.”

No caso concreto do grupo Jovens Ativos Ciganos, a presença do Bruno Gonçalves, enquanto formador formal em história e cultura cigana, e a presença de jovens de outras comunidades, enquanto formadores informais, assumiu grande importância para o sucesso das atividades desenvolvidas. O grupo tem a vantagem de ter uma técnica que é de etnia cigana e residente no Bairro de Santa Tecla, a Joana, o que por si só já facilita o contacto entre a organização e as pessoas que habitam nesta comunidade, sejam elas voluntários, participantes nas atividades da Geração Tecla ou famílias destes.

Virgínia Santos, que era na altura a coordenadora do Projeto Geração Tecla da Juventude da delegação de Braga da CVP, convidou jovens ciganos oriundos de outras comunidades do país para desenvolver uma ação de formação integrada no projeto “ReEscrever o nosso Bairro”, como

ponto de partida para as atividades e como forma de motivar os jovens de Braga e Vila Verde a terem um papel mais ativo nas suas comunidades. Esta formação não formal teve o objetivo de lhes mostrar técnicas para falar em público, além “de os motivar pelo caminho do exemplo, para que pudessem ver com os seus próprios olhos que um jovem cigano pode fazer aquilo a que se propuser, e que as primeiras barreiras a serem quebradas são as deles mesmos.” Virgínia acrescenta que esta fase do projeto foi também o ponto de viragem para os jovens da comunidade bracarense despertarem a vontade de seguirem caminhos diferentes dos que até então tinham traçado, visualizando possibilidades além das imposições familiares ou étnicas.

Na segunda fase do projeto, quando o grupo realizou a candidatura ao FAPE, a formação formal sobre História e Cultura Cigana foi feita com o Bruno Gonçalves. Além de terem tido a oportunidade de estudar sobre a sua própria origem, identidade e cultura, tiveram mais uma vez o exemplo de um membro cigano que conquistou grande representatividade junto da sociedade maioritária. A ex-coordenadora do projeto Geração Tecla salienta que a pertinência destes contactos com outros jovens ciganos surgiu da necessidade de uma influência por pares, já que a maioria das pessoas que trabalha com a integração das comunidades ciganas são da sociedade maioritária e acabam por surgir algumas limitações ao nível de diferenças de pensamento e na própria interação.

Bruno Gonçalves acrescenta que a presença de um dinamizador cigano é fundamental no desenvolvimento de atividades deste género, assumindo que “há espaço para tudo mas é estabelecida uma relação de maior confiança, mais atenção e respeito, a mudança tem mesmo de vir de dentro e os próprios jovens das comunidades precisam de sentir a segurança de ter alguém que luta pelos interesses que são comuns a eles também.”

Ainda no projeto Geração Tecla, em concreto, podemos salientar a importância de um técnico de etnia cigana, como é o caso da Joana Matos, a quem foi realizada uma entrevista para contextualizar a criação e os objetivos do grupo Jovens Ativos Ciganos. A Joana está envolvida nas atividades do Geração Tecla desde 2010, tendo começado como voluntária, até se tornar dinamizadora comunitária e, posteriormente, técnica do projeto em 2016. Em relação à capacitação dos jovens para serem formadores por parte de alguém da mesma etnia, a Joana aponta que “Quando és alguém de dentro, alguém que fala da sua própria experiência, alguém que mostra a possibilidade de um futuro diferente acabas por ter muita mais atenção por parte dos jovens que te estão a ouvir.”, acrescentando que em relação à criação do grupo, “no início eram as técnicas do projeto que organizavam as atividades só que o interesse acaba por não ser

muito grande, os jovens diziam que sim, que iam participar, mas depois perdiam a motivação, acabavam por não aparecer. Mas quando vieram formadores ciganos dar formação sobre aquilo que é nosso conseguimos construir o grupo, definir objetivos, eles próprios sabem que fazem parte de algo maior.” (EJ)

Quanto às referências feitas pelos entrevistados sobre o papel do mediador cigano nas atividades desenvolvidas pelo grupo, irão ser apresentadas mais adiante (no ponto 4.1.6).

Importa ainda desenvolver o papel do mediador municipal cigano. O programa ROMED, do qual Bruno Gonçalves faz parte como formador de mediadores, vai já na terceira fase de implementação e foi criado em 2010, tendo o objetivo de formar mediadores de etnia cigana para intervirem como facilitadores do contacto entre as comunidades ciganas e as instituições políticas ao nível dos municípios. O programa surgiu por recomendação da União Europeia com o intuito de facilitar a integração da comunidade cigana e atenuar desigualdades ao nível da educação, saúde, habitação e trabalho, tendo tido um retorno muito positivo nos municípios em que foi implementado.<sup>viii</sup> A implementação deste programa possibilitou o acesso a equipamentos e serviços, a participação da comunidade cigana nos projetos a ela destinados, facilitou a comunicação entre grupos culturalmente diferenciados e permitiu assim a prevenção e gestão de conflitos. A segunda fase do programa que se iniciou em 2017, envolveu sete municípios e foi assegurada pelas Letras Nómadas, que se apresentou como organização responsável pela sua implementação. Esta fase veio complementar os níveis de atuação anteriores, permitindo estabelecer um compromisso político por parte dos municípios no que toca à implementação de medidas dirigidas à comunidade cigana e à sua integração, possibilitando ainda a participação democrática de pessoas de etnia cigana. A terceira fase do programa ROMED3 iniciada em 2019, envolveu oito municípios e pretende uma ação focada na criação de grupos de ação comunitária, capacitação de líderes, de mediadores e das próprias comunidades como instrumento de cooperação ativa e melhor comunicação entre os elementos de etnia cigana e as instituições públicas.<sup>ix</sup>

A mediação por si só acarreta inúmeras vantagens, mas no caso concreto de um mediador com pertença étnica, a comunicação e o acesso ficam facilitados, já que “proporciona a construção de uma imagem positiva junto da população cigana e não cigana, facilita a aproximação e o estabelecimento de relações de confiança entre ciganos, serviços públicos, e instituições, dota as entidades de um maior conhecimento das especificidades culturais, permite a descodificação de códigos e intervenções melhor adaptadas” (Castro e Santos, 2015:12)

#### 4.1.5. Despreconceituando: os seis vídeos em ação

No âmbito da atividade “Oficinas de Fotografia e Vídeo”, em parceria com “Os Tais do Vídeo” e com revisão científica da professora Maria José Casa-Nova, o Grupo Jovens Ativos Ciganos desenvolveu em 2018 uma série de vídeos informativos que foram utilizados como recurso para discussão e reflexão nas sessões formativas e workshops sobre a História e Cultura Cigana, bem como disponibilizados nas redes sociais para visualização pelo público em geral. Estes vídeos, cuja sequência se chama “Despreconceito”, e que marcaram a terceira fase do projeto do grupo, foram apresentados no dia 30 de novembro de 2018 no espaço Toca, um centro cultural em Braga, tendo contado com a presença de alguns representantes de entidades parceiras da organização.

Estes vídeos abordam seis preconceitos em relação às comunidades ciganas que os jovens identificaram como sendo aqueles com os quais se deparam frequentemente, visando a desconstrução e reconstrução dos mesmos. Os preconceitos que cada vídeo apresenta partiram de situações reais vividas pelos jovens do grupo e foram retratados com recurso à interpretação feita pelos mesmos.

Os preconceitos abordados são os seguintes:

- 1 – “Os ciganos não vão à escola”
- 2 – “Os ciganos não são portugueses”
- 3 – “Os ciganos andam sempre vestidos de preto”
- 4 – “Os ciganos são muçulmanos”
- 5 – “Os ciganos não seguem as leis portuguesas e têm um tribunal com leis próprias”
- 6 – “Os ciganos ficam comprometidos ainda crianças e são obrigados a casar muito cedo”

Abaixo, é feita uma descrição do conteúdo dos seis vídeos:

### **“Os ciganos não vão à escola”**

O primeiro vídeo retrata uma situação em que duas alunas estão na escola e comentam que já não veem o colega Porfírio, que é de etnia cigana, há algum tempo, ao que uma delas responde “chega a uma altura em que eles desistem”. O Porfírio aparece na porta da escola e diz que esteve constipado, e que não ia faltar ao exame pois precisa de passar para entrar na universidade.

É então dado o contexto histórico do modo de vida praticada pelos ciganos e que pode levar a esta ideia em relação aos mesmos, onde é explicado que desde a chegada desta comunidade a Portugal no século XV, sempre foram alvo de rejeição, não podendo permanecer no mesmo local durante mais de 48 horas, e que por isso acabaram por desenvolver hábitos não compatíveis com os costumes da sociedade maioritária, nomeadamente frequentar a escola, ter residência fixa e um emprego por conta de outrem. Consequentemente, as crianças acabavam por não conseguir ir à escola, as suas famílias viviam em tendas improvisadas e tinham como modo de subsistência a venda ambulante ou o fabrico de produtos de cestaria ou cutelaria. Só na década de 80 é que estas leis foram alteradas, no entanto a mudança de hábitos, mentalidades e costumes não se deu instantaneamente, sendo resultado de séculos de desconfiança e falta de convivência comum entre a comunidade cigana e a sociedade maioritária, o que levou a que este processo de integração tenha sido mais lento. No entanto, a frequência escolar por parte das crianças ciganas tem vindo a crescer, sendo que nos últimos 10 anos aumentou exponencialmente, verificando-se também um equilíbrio entre homens e mulheres a frequentar o secundário. Está também em crescimento o número de pessoas de etnia cigana a ingressar no ensino superior, sendo mencionado que os ciganos dão cada vez mais importância à educação por entenderem que é o melhor meio de integração e melhoria das condições de vida dos seus descendentes.

### **“Os ciganos não são portugueses”**

No segundo vídeo, a situação apresentada é a de dois jovens num café que reparam numa rapariga cigana, comentando entre eles que ela é bonita, mas que não deve falar português porque provavelmente é da Roménia.

O contexto histórico da origem dos ciganos refere que são provenientes da Índia, mas que já estão espalhados pela Europa desde o ano de 1500, tendo sido perseguidos, marginalizados,

castigados, escravizados e até expulsos de vários países. Estima-se que os ciganos, também designados por “roma”, já estejam presentes em Portugal desde a segunda metade do século XV, oriundos de Espanha. São mencionados em diversas obras dessa altura, nomeadamente no “Cancioneiro Geral” de Garcia de Resende datado de 1510 e na “Farsa das Ciganas” de 1522. Foram rejeitados e perseguidos por toda a Europa durante séculos, tendo surgido inúmeras leis que abominavam o seu estilo de vida. Em Portugal, só na Constituição de 1822 e na Carta Constitucional de 1826 foram eliminadas formalmente as desigualdades em função da categorização racial e foi reconhecida a cidadania portuguesa a todos os nascidos em território nacional. No entanto, só nos anos 80 do século XX é que começa a haver mudanças efetivas na lei. O vídeo menciona ainda que “roma” designa o conjunto de populações que são originárias da Índia e que falam Romani, apesar de nos dias de hoje serem poucas as pessoas que sabem utilizar o dialeto e que apenas algumas expressões características foram sendo adaptadas, já que os ciganos residentes e nascidos em Portugal falam português e vêm de gerações que têm vindo a ser renovadas ao longo dos últimos séculos.

### **“Os ciganos andam sempre vestidos de preto”**

Este vídeo começa com duas jovens a deslocarem-se a uma loja de roupa onde lhes são apresentadas algumas peças de que poderiam gostar. Sendo todas de cor preta, a cliente de etnia cigana pergunta à vendedora se não tem algo mais colorido, ao que esta responde “mais colorido? Mas eu pensei que os ciganos...”

É depois dada uma explicação sobre o papel da roupa preta nas tradições ciganas, que se relaciona apenas com as fases de luto, podendo variar em rigor e em tempo dependendo do grau de parentesco com a pessoa falecida. No caso do falecimento de um cônjuge, filho ou filha, o luto dura a vida toda, se for o falecimento de um pai, mãe, irmão ou irmã dura 2 anos e se for um primo ou tio dura 3 meses. Na primeira semana de luto, os familiares mais próximos da pessoa falecida permanecem em casa e não podem comer carne, ficando também proibidas todas as manifestações de alegria tais como ver televisão, ouvir música ou dançar. Durante o restante tempo de luto, a roupa que usam passa a ser exclusivamente preta. Os homens usam camisa, calças, chapéu e deixam crescer a barba, enquanto as mulheres usam vestidos compridos e lenços largos, já que se dá muita importância à falta de vaidade e ao desleixo como manifestação de dor e respeito pelo parente que perderam. O luto praticado pela etnia cigana não difere muito do que se praticava na sociedade maioritária até há uns anos, havendo gerações mais novas que

acreditam que as regras deveriam ser aligeiradas. No entanto, esta tradição do luto é uma das características mais rígidas da tradição cigana.

### **“Os ciganos são muçulmanos”**

O quarto vídeo começa com o patrão a perguntar a dois trabalhadores se podem fazer um serviço de segurança nos dias 24 e 25 de dezembro. Quando ambos respondem que é Natal, o chefe fica intrigado e diz que por serem ciganos e muçulmanos achava que eles não celebravam o Natal. O vídeo explica então que os ciganos não seguem uma religião própria, tendo-se adaptado às religiões dos países onde vivem ao longo da história, como é o caso dos ciganos portugueses, que se adaptaram à religião praticada pela sociedade maioritária em Portugal, ou seja, a religião católica. O Natal é uma das celebrações mais importantes para as comunidades ciganas, sendo uma época de reunião familiar e de resolução de conflitos, caso existam.

### **“Os ciganos não seguem as leis portuguesas e têm um tribunal com leis próprias”**

Neste vídeo é abordado o regime próprio de leis das comunidades ciganas. Como é explicado, normalmente não existe apenas um líder na comunidade, mas sim vários, intitulados de “homem das leis”, ou da honra ou respeito. Estes homens são elementos mais velhos da comunidade, que por terem dado provas da sua honra, são chamados para mediar conflitos entre famílias ciganas, de forma pacífica. Quando o conflito é entre ciganos e não ciganos, é resolvido com recurso às leis do estado português, mas os conflitos internos que surgirem nas comunidades podem ser mediados com recurso a estes homens das leis, que podem servir apenas para dar uma opinião ou, recorrendo a outros homens de leis, formar uma espécie de tribunal que toma uma decisão em relação a certo assunto. A lei própria das comunidades ciganas não substitui a lei do estado português, mas pode ditar uma dupla condenação.

### **“Os ciganos ficam comprometidos ainda crianças e são obrigados a casar muito cedo”**

No último vídeo é abordado um preconceito com o qual os ciganos se deparam muito frequentemente. É explicado que atualmente já não se fazem promessas de casamento entre crianças, mas que antes se faziam com o forma de união de famílias. Os casamentos são livres, apesar de continuar a haver uma tendência para se realizarem na mesma entre ciganos, pelo simples facto de terem os mesmos interesses e porque desta forma se mantêm os costumes e tradições ciganos.

#### 4.1.6. Testemunhando: sete formandos

Uma vez recolhidos os dados da pesquisa, torna-se necessário proceder à sua análise para que se possam aferir daí as conclusões e corroborar ou não a teoria inicial, assumindo que esta análise de conteúdo “tem uma *dimensão descritiva* que visa dar conta do que nos foi narrado e uma *dimensão interpretativa* que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência.” (Guerra, 2006:62)

Como referido anteriormente, ao todo, foram realizadas sete entrevistas, quatro a trabalhadores pertencentes à Cruz Vermelha e três a pessoas externas à organização, mas que, pelas funções que exercem, foram convidados a assistir a sessões de formação feitas pelo grupo Jovens Ativos Ciganos. Estas entrevistas decorreram entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, e tiveram a duração de cerca de vinte minutos cada uma, sendo que algumas das entrevistas tiveram um tempo de duração mais extenso devido ao desenvolvimento de alguns temas que foram surgindo relacionados com a experiência pessoal e laboral dos entrevistados. Os guiões elaborados para os pertencentes à CVP e para os indivíduos externos à organização e que assistiram às sessões de formação encontram-se nos anexos 1 e 2, respetivamente, e são ligeiramente distintos, diferenciando-se apenas no ponto 2, em que aos elementos da Cruz Vermelha são colocadas as questões de forma específica tendo previamente em conta o seu local de trabalho.

Como também se referiu anteriormente, foi ainda realizada uma entrevista à técnica Joana Matos cujo conteúdo será também desenvolvido neste ponto. Esta entrevista serviu para complementar informações acerca do grupo, tendo permitido perceber a perspetiva de um elemento que é de etnia cigana e que ajudou na criação do Grupo Jovens Ativos Ciganos, vendo nas suas atividades uma forma de dar resposta ao desconhecimento em relação à sua etnia e assim atenuar as atitudes discriminatórias e os estereótipos com recurso à informação.

Pretende-se perceber os efeitos que as atividades desenvolvidas pelo grupo Jovens Ativos Ciganos poderão ter, ou não, na alteração da perceção em relação a pessoas de etnia cigana por parte de quem assiste, sendo necessário identificar, primeiro, que perceções existem ou existiam e se essas se alteraram, ou não, com a informação que receberam na formação. Para isso, recorreu-se a perguntas que permitem aferir algumas questões centrais com o objetivo de abordar

as seguintes dimensões: 1 - a relação no contexto de trabalho com pessoas de etnia cigana; 2 - as representações (positivas ou negativas) em relação a pessoas de etnia cigana; 3- a influência da formação nas representações em relação à etnia cigana.

A técnica utilizada para a análise de conteúdo foi a análise categorial, que segundo Bardin (1995:153) “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” Sendo assim, as entrevistas aos formandos foram transcritas na íntegra e sujeitas a um processo de organização através das sinopses, que se encontram nos anexos 3 e 4, e onde se dividiram os temas a estudar e as respostas aferidas.

Num primeiro momento, foi feita a caracterização sociodemográfica de todos os formandos entrevistados e da Joana Matos, cuja informação se encontra reunida na tabela abaixo:

Tabela de caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Nº ou nome entrevista	Idade	Sexo*	Função e local de trabalho	Tempo de serviço	Habilitações Literárias
1	31	M.	Coordenador Nacional da Juventude, CVP Braga	7 anos	Licenciatura
2	30	F.	Técnica Superior de Educação, CVP Braga	3 anos	Mestrado
3	29	M.	Psicólogo educacional, CVP Braga	3 anos	Mestrado
4	30	F.	Voluntária e integrante do PIICIE, CVP Braga	3 anos	Mestrado
5	57	F.	Técnica Superior de Ação Social, CMBraga	36 anos	Mestrado
6	35	F.	Coordenadora técnico-pedagógica, CMPorto	1 ano e meio	Mestrado
7	40	F.	Técnica Superior de Sociologia na BragaHabit e na CPCJ	17 anos	Licenciatura
Joana Matos	26	F.	Técnica/ Monitora no projeto Geração Tecla	5 anos	12º ano

\*M.-Masculino/F.-Feminino

Além destas informações, tentou-se perceber quando é que os entrevistados convidados a assistir à sessão frequentaram a ação de formação e que outras experiências profissionais tiveram anteriormente ou posteriormente às funções que exerciam aquando da entrevista.

No segundo momento, e tendo em conta as dimensões a estudar, pretendeu-se compreender o contexto do contacto que os entrevistados têm com pessoas de etnia cigana, já que este contacto efetivamente existe, tendo em conta as suas funções e local de trabalho. No entanto, importa perceber em concreto se este contacto é direto, se é por telefone, se é com alguém específico, se é com famílias, se é em contexto apenas laboral ou pessoal, etc. Como referido anteriormente, é neste ponto que as questões diferem ligeiramente entre os elementos entrevistados pertencentes à CVP e os externos à organização. Para compreender estes contextos de contacto no caso dos entrevistados externos à CVP recorreu-se às perguntas: “No exercício das suas funções, contacta diretamente com elementos de etnia cigana?” e “Vou pedir-lhe que fale um pouco sobre os contextos desta relação e as tarefas que desempenha”. Para os entrevistados pertencentes à CVP recorreu-se às perguntas “Tendo em conta que no exercício das suas funções se relaciona com pessoas da etnia cigana, vou pedir-lhe que fale um pouco sobre os contextos dessa relação e as tarefas que desempenha”; “No seu quotidiano aqui na Cruz Vermelha interage diretamente com colegas de etnia cigana?”; “Faz atendimento direto a pessoas de etnia cigana? / Triagem de pedidos de apoio a pessoas de etnia cigana?” e “Tem feito trabalho diretamente no bairro de Santa Tecla?”.

Todos os entrevistados responderam que têm contacto com pessoas de etnia cigana, ainda que em contextos diferentes. O entrevistado 1 respondeu que atualmente o seu contacto enquanto coordenador é pontual e que não atua tanto no terreno como quando era técnico do projeto + Atitude. Acrescenta, no entanto, “supervisiono alguns projetos que envolvem ciganos, ajudo na mediação e acompanho o desenvolvimento de atividades”, à semelhança do entrevistado 6, que faz “supervisão das ações que estão a ser implementadas”. Também foi referido pela maioria dos entrevistados que, devido às atividades e projetos em que estão inseridos acabam por ter contacto com voluntários, jovens e famílias de etnia cigana. Este contacto acontece nas instalações onde trabalham, nas escolas, nos apoios e acompanhamentos que realizam com os alunos e através dos quais contactam com as suas famílias também:

Atualmente tenho um contacto próximo com dois alunos que acompanho e que são de etnia cigana.” “(...) acabo por ter contacto com a estrutura familiar deles. (E4)

Na CPCJ faço acompanhamento com crianças, jovens e famílias em situação de risco, especialmente em casos relacionados com o absentismo escolar. (E7)

Os entrevistados que trabalham na CMB e na BragaHabit referiram que por vezes o contacto com pessoas de etnia cigana é muito breve e acontece apenas nos casos em que é necessário elaborar relatórios sociais ou encaminhar pedidos de apoio por parte de beneficiários ou candidatos, sendo, por vezes,

apenas um atendimento presencial ou por telefone. (E5)

Um dos entrevistados refere ainda que por trabalhar há muitos anos em projetos que envolvem a comunidade cigana, conheceu algumas pessoas desta etnia e que fazem agora parte do seu grupo de amigos:

Tenho contacto nas minhas relações de amizade, pessoas que fui conhecendo ao longo dos anos.  
(E6)

O entrevistado 3 vive no Porto, perto de dois bairros sociais, onde a presença da comunidade cigana é dominante, tendo tido colegas de turma na época da escola que também eram ciganos. Esta convivência que fez com que tenha adaptado o seu discurso e forma de atuação à medida que foi crescendo e impulsionou o interesse em adquirir conhecimentos em relação à cultura cigana, para melhor convivência no seu dia-a-dia, e posteriormente no trabalho.

Como sempre vivi perto de bairros e já trabalhei no bairro de Santa Tecla, fui-me apercebendo de algumas práticas (...) (E3)

Em relação a trabalho com colegas de etnia cigana, todos os entrevistados pertencentes à CVP referiram que a única pessoa de etnia cigana com quem têm contacto é a técnica Joana, já que na delegação não trabalha mais ninguém de etnia cigana com funções semelhantes às dos restantes técnicos. Este contacto acontecia diariamente, no caso dos entrevistados que estavam integrados em atividades com o projeto Geração Tecla, em eventos organizacionais ou pontualmente através do telefone.

Num terceiro momento, procurou-se aferir se existem ou existiam representações por parte dos entrevistados, sejam elas negativas ou positivas, em relação à etnia cigana. Para isso, foram colocadas as perguntas: “Que conhecimentos adquiriu?” e “Em relação aos temas abordados nos vídeos e na formação, tinha alguma ideia contrária ao apresentado antes de os ver?” das quais se obtiveram algumas informações que refletem uma ideia geral em relação a hábitos e costumes da cultura cigana por parte dos entrevistados, mas com algum desconhecimento das suas razões e fundamentos.

Alguns entrevistados que assistiram aos vídeos e às formações e que trabalham tendo contacto com pessoas de etnia cigana há muito tempo responderam que não foi abordada nenhuma questão fora da percepção geral que já tinham:

Já tinha um background de terreno e já tinha estudado sobre isso. (E6);

Acabei por desenvolver alguns conhecimentos mesmo por causa dos contextos de relação laboral que estabeleço, fui sendo capaz de perceber algumas coisas. (E7)

No entanto, em algumas respostas são referidos os temas do casamento e do luto, onde a maioria das representações são referentes à ideia de os casamentos combinados na prática cigana serem realizados enquanto as pessoas são muito novas e à vestimenta preta como característica geral dos ciganos e ciganas sem nenhuma razão associada. Em relação ao casamento, a resposta que surgiu mais vezes tem a ver com a ideia de que as ciganas são prometidas muito novas e obrigadas a casar com quem a família escolhe. Este é um dos temas abordados nas formações e nos vídeos, onde é explicado, e como a Joana refere na sua entrevista, que continua sim a existir o casamento combinado em algumas famílias, mas que acontece cada vez menos e é tido como forma de garantir a continuidade das tradições ciganas dentro da mesma comunidade, mas se a mulher não quiser casar com aquela pessoa, é-lhe permitido recusar e casar posteriormente com quem entender.

As respostas que surgiram em relação a este tema são claras e refletem as representações gerais que existem:

A parte do casamento também foi muito bem abordada, são aquelas ideias que temos em relação às comunidades ciganas, mas acabamos por não saber se são mito ou se atualmente ainda se praticam (...) (E5)

Sabia que os casamentos combinados são uma prática, mas não sabia que não era obrigatório casar com quem estavam prometidos. (E1)

Sabia por exemplo da questão dos casamentos combinados, mas só depois de ouvir a explicação é que percebi realmente como funciona essa dinâmica, pensei que era algo linear, mas percebi quais as razões para ainda existirem casamentos combinados, ainda que raros, e as alternativas que existem caso algum deles não queira casar. (E2)

A questão do luto, e que também é explicada na formação e nos vídeos, explica o porquê de se achar que os ciganos andam sempre vestidos de preto. Alguns entrevistados já sabiam como se processavam as tradições do luto na cultura cigana, por terem estudado este tema ou por

trabalharem de perto com as comunidades e terem observado e aprendido ao longo do tempo. Outros ficaram surpreendidos com a tradição, especialmente no que toca às suas particularidades em relação aos dias de luto, às proibições à realização de certas práticas e mesmo às mudanças físicas que estão implícitas durante este período.

Um dos entrevistados (E3) explica que ao longo da sua convivência com pessoas de etnia cigana foi-se apercebendo de algumas práticas no tempo de duração do luto que aos olhos de quem não conhece podem ser razão para o surgimento de algumas ideias negativas:

Como sempre vivi perto de bairros e já trabalhei no bairro de Santa Tecla, fui-me apercebendo de algumas práticas como por exemplo, quando estão de luto, algumas famílias ciganas retiram toda a mobília de casa no dia do funeral e colocam na rua. Visto de fora parece algo muito inusitado, surge logo o preconceito “os ciganos são porcos” (...).

Nos restantes entrevistados surgem outras questões em relação ao mesmo tema:

Lembro-me de ter ficado surpreendido com o tempo de luto e com os homens não poderem cortar a barba. (E1)

Havia algumas coisas que não sabia, por exemplo a questão de o luto variar em duração consoante o grau de parentesco. (E2)

Já tinha estudado os dias de luto e as roupas, mas não sabia da proibição de ver televisão durante o tempo de luto, por exemplo, e mesmo algumas questões em relação à vida das esposas após a morte do marido ou do pai. (E4)

Através do desenvolvimento da conversa nas sessões de formação e no espaço para perguntas, alguns dos entrevistados, como refere a entrevistada 5, conseguiram tirar algumas dúvidas em relação a práticas comuns à etnia cigana, nomeadamente o facto de por vezes as crianças chegarem atrasadas à escola porque algumas famílias preferem respeitar as horas de sono e não fazem do horário escolar uma prioridade. A entrevistada 7, que tem conhecimento de algumas particularidades por também trabalhar na CPCJ, refere que um maior conhecimento das particularidades a este nível facultaria uma maior atenção no tratamento de questões relacionadas com estes casos, especialmente por parte de técnicos sociais e por professores:

Compreendi melhor a questão de as crianças terem dificuldade em frequentar a escola de manhã, uma vez que não são acordadas pelos adultos, que preferem respeitar o seu sono, bem como as ausências prolongadas à escola que podem ter motivos variados como casamentos ou falecimentos. (E5)

Considero que seja útil também para as escolas e que deveria ser alargada não só a técnicos sociais, mas também a tribunais, especialmente nos tribunais de menores, para que um melhor conhecimento do contexto cultural ajude a perceber a individualidade de algumas situações. (E7)

Isto leva-nos ao último momento da entrevista, onde através das perguntas “Considera que a formação foi útil para o trabalho que tem vindo a desenvolver?” e “Algo mudou na sua perceção em relação aos hábitos e costumes apresentados?” se pretende aferir se houve ou não alguma alteração na perceção dos entrevistados em relação às pessoas de etnia cigana, aos seus hábitos e à sua cultura e se a formação teve alguma influência.

Todos os entrevistados responderam que a formação foi útil e foram referidos diversos aspetos que ficaram esclarecidos após a formação e que seriam úteis para uma melhor compreensão e tolerância em relação à etnia cigana. Apesar de todos os entrevistados terem algum tipo de contacto com pessoas de etnia cigana e terem atividades laborais e estudos que motivem um maior conhecimento desta cultura, a formação, pelo seu conteúdo e por ter sido apresentada por elementos de etnia cigana, tornou-se proveitosa em vários aspetos.

O entrevistado 1 refere que um maior conhecimento destas questões está relacionado com o respeito por estas particularidades, acrescentando que o ambiente ficou mais leve depois da formação, por terem sentido que se ficaram a conhecer melhor mutuamente e por ter sido aberto o espaço ao diálogo. Também refere que os conhecimentos obtidos ajudarão a gerir futuras situações com uma visão mais abrangente:

Acabamos por ganhar algum respeito porque compreendemos algumas coisas que antes não nos faziam sentido. (E1)

O simples facto de ficarmos mais esclarecidos vai fazer com que noutras situações consigamos ter uma visão mais abrangente da situação. (E1)

A entrevistada 2 menciona que depois da formação teve a mesma perceção em relação ao ambiente, tendo respondido:

Sáimos daquela sala depois da formação e parecíamos um só grupo. (E2)

E acrescentando que se

Abriam portas para se abordarem outros temas mais à vontade. (E2)

A técnica superior de educação ficou ainda surpreendida com a questão do divórcio na etnia cigana, tendo o papel da mulher sido um dos pontos em que a sua percepção se alterou:

Descobri que para haver divórcio basta a mulher dizer que se quer separar, não precisa de ser mútuo acordo e fiquei muito surpreendida por ela ter um papel decisivo e uma presença superior em relação ao homem nesse aspeto. (E2)

O entrevistado 3 respondeu que através da formação conseguiu relacionar alguns hábitos e comportamentos da etnia cigana que perduram até hoje com a origem das comunidades e o seu percurso migratório. Também referiu que fez com que o ambiente ficasse mais leve entre quem assistiu e os jovens ciganos dando aso a uma maior empatia e desconstrução dos temas. Refere ainda que a formação foi útil e que gostaria de a ter tido mais cedo:

Algumas das informações que nos foram dadas na formação ou que fui adquirindo ao longo do meu percurso profissional teriam sido úteis na altura em que era mais jovem, teria sido bom ter o conhecimento para poder falar disso de uma forma desconstruída até com os próprios elementos com quem tinha contacto. (E3)

A entrevistada 4 refere que compreendendo estas dinâmicas de comportamento quebram-se as barreiras da diferença por parte de ambos os lados e que o conhecimento é fundamental para agir de forma apropriada

para que haja evolução tanto para nós como para eles. (E4)

Como lida com crianças e jovens nas suas funções e está inserida no meio escolar, considera que seria crucial aplicar este tipo de atividades a quem tem as mesmas funções do que ela e a professores, auxiliares, educadores, para que também eles possam compreender as dinâmicas de comportamento, agir na educação para a igualdade de forma mais informada e constante junto dos alunos e assim quebrar a barreira da diferença.

A entrevistada 5 respondeu que a formação foi esclarecedora em relação a vários temas, tendo ficado a compreender a existência do homem das leis e qual a necessidade de existir alguém que desempenha esta função, a existência de escalões sociais ou hierárquicos dentro das comunidades e a relação que essas regras têm na forma como os ciganos agem entre eles dentro da comunidade. Também mencionou que a parte do casamento foi bem abordada e que “estando mais informados do que se passa à nossa volta acabamos por nos tornar mais tolerantes”, acrescentando que a formação foi pertinente para o seu trabalho:

Tive ainda a oportunidade de refletir melhor sobre a dificuldade de integração de um jovem ou adulto cigano no mercado de trabalho devido aos preconceitos existentes em relação à comunidade cigana. (E5)

Este é um dos pontos abordados por Fonseca, Marques, Quintas e Poeschl (2005:28) na reflexão que fazem sobre a integração das comunidades ciganas:

A falta de escolaridade, a par com o racismo maioria-minoria que dizem sentir, é também percecionada por grande parte da comunidade cigana como *handicap* inibidor da inserção no mercado de trabalho em ocupações fora do âmbito tradicional das ocupações ciganas, retirando-lhes outras perspetivas de futuro profissional.

A entrevistada 6, e que tem um contacto direto com pessoas de etnia cigana dentro e fora do trabalho e que sempre estudou a sua cultura, referiu que gostou da forma como as temáticas foram abordadas, especialmente a abordagem ao luto. Salientou ainda a importância da formação e de estarmos mais informados para que possamos olhar para as situações de outra forma, ressaltando que o principal fator de sucesso da atividade foi o facto de a formação ter sido dada por elementos de etnia cigana:

Faz toda a diferença, uma coisa é estudar ou ler sobre as coisas, outra coisa é ouvir pela boca de quem não só vive essa cultura, mas que também quis explorar o porquê de ser assim e não de outra forma e desconstruiu para poder trazer até nós, que somos da sociedade majoritária, um pouco desse conhecimento. (E6)

A entrevistada 7 percebeu a fundamentação de algumas questões através da formação, como o incentivo aos casamentos entre membros da mesma família ou comunidade como forma de assegurar as tradições e de como isso é influenciado até pelas leis que praticam se passarem de geração em geração apenas pela oralidade e não serem seguidas por algo escrito:

Na questão dos homens das leis, eu tinha a dúvida de que se as leis deles se baseiam na oralidade, então como fazem para as passar de geração em geração sem serem alteradas? A partir dessa dúvida surge o porquê de preferirem casamentos entre pessoas da mesma comunidade. (E7)

Tal como a entrevistada 6, também percebeu através da formação “a questão do absentismo, das profissões que lhes são características e como essa parte cultural tem tanta influência nas suas práticas ainda atualmente.”

Como referido e desenvolvido anteriormente, ao longo deste estudo ficou evidente a importância da figura do mediador cigano. A presença dos vários elementos de etnia cigana que guiaram este processo, desde os outros jovens dinamizadores convidados pela Virgínia até ao Bruno Gonçalves, foi essencial para a criação, definição de objetivos e desenvolvimento das atividades do Grupo Jovens Ativos Ciganos. Além de ter sido o que permitiu chegar mais facilmente aos jovens devido à proximidade cultural, adquiriram através deles os conteúdos que iriam depois passar nas formações, tendo aprendido a forma de o fazer e o discurso a utilizar. A presença dos mediadores serviu ainda como exemplo de sucesso para que os jovens pudessem ficar mais confiantes no controlo que podem ter sobre o seu futuro, e por ter sido referido em grande parte das entrevistas como fator facilitador da dinâmica das formações e workshops será desenvolvido neste ponto da análise de conteúdo.

Os entrevistados fizeram várias referências à importância dos mediadores e dinamizadores de etnia cigana, até porque como assistiram às primeiras sessões de formação que contaram com a presença do Bruno Gonçalves, perceberam como os jovens sentiram mais confiantes por terem sido formados por ele e de como a informação passada por quem é da mesma etnia sobre a qual se desenvolve o tema acaba por ter mais impacto em quem assiste à formação.

O papel do mediador cigano e a sua importância também ficou muito clara. (E2)

A importância da figura de um mediador cigano, que consegue identificar melhor os problemas que envolvem as comunidades e que passando a fazer parte de projetos que pretendem uma melhor integração facilita também a resolução de conflitos dentro das mesmas. (E5)

A importância do papel do dinamizador comunitário e das vantagens de também ele ser cigano para facilitar o acesso a estas comunidades. (E6)

Chegou ainda a ser referido por uma das entrevistadas que se o ideal seria se a formação fosse mediada por um elemento da etnia cigana e por outro não-cigano, como forma de se chegar a um maior equilíbrio e para facilitar a adequação do diálogo, pelo menos numa fase inicial. Desta forma haveria espaço para a conversa de uma forma mais facilitada, tanto de uma parte como de outra, ainda mais tratando-se de jovens:

Teriam melhor retorno se esta mediação fosse feita com um elemento cigano e outro não cigano para adequar tanto a um público como a outro. (E6)

#### 4.1.7. Do outro lado: “alguém que mostra a possibilidade de um futuro diferente”

O mediador cigano, mesmo que tenha estado presente apenas numa fase inicial, age nesta situação como a técnica Joana Matos dentro da organização, ou seja, fazendo a ponte entre a comunidade cigana e a sociedade maioritária de forma que se adeque a comunicação e os conteúdos, e se percebam as necessidades tanto de um lado como de outro. Desta forma é mais fácil identificar o que precisa de ser adaptado e qual a melhor forma de o fazer. Por isso a Joana vê a sua passagem para técnica como algo positivo:

Eles próprios (Cruz Vermelha) sabem que tendo pessoas de etnia cigana dentro da organização e nos projetos torna-se mais fácil chegar onde se quer e comunicar com as pessoas com quem fazemos intervenção. (EJ)

Para perceber dinâmica do Grupo Jovens Ativos Ciganos, foi pertinente fazer a entrevista à Joana (EJ) e perceber pelas palavras dela a necessidade destas atividades e também a sua perceção, enquanto pessoa de etnia cigana, dos resultados que possa ter observado depois das mesmas. A conversa serviu ainda para colmatar algumas lacunas de informação, já que não existe registo escrito do que foi desenvolvido nem quando e onde foi realizado. Só a partir da conversa com ela e com a Virgínia é que foi possível organizar a informação que ia sendo recolhida e perceber o caminho que percorreram para criar o Grupo.

Logo no início da entrevista, é referida a presença do Bruno Gonçalves enquanto formador não só dos jovens, mas também da própria Joana, porque passou por uma fase de formação para depois poder ser formadora, dos jovens que quisessem entrar no projeto, e para o manter a funcionar de forma autónoma. Também é referido que o convite aos restantes dinamizadores ciganos foi o primeiro passo para a criação das atividades do grupo. A Joana Matos está envolvida nas atividades do Geração Tecla desde muito nova, mas refere a importância de os jovens terem sido formados para formar outras pessoas e o quanto aprenderam com os dinamizadores e com o Bruno Gonçalves. Mesmo vivendo numa comunidade cigana, havia questões sobre as quais nem eles próprios tinham conhecimento e que agora conseguem explicar de uma forma simples:

eles aprenderam muito, coisas que são deles, mas eles não sabiam, especialmente no que toca à história, saber como viemos aqui parar e porquê. (EJ)

Quis perceber pelas palavras da Joana os objetivos de se ter criado este grupo e o intuito de incluir estes jovens numa atividade nestes moldes:

Cada vez mais há ativistas e dinamizadores ciganos a nível nacional e desempenham um papel com cada vez mais importância e retorno nas comunidades em que se inserem, e queríamos fazer o mesmo com os nossos jovens aqui do bairro de Santa Tecla. Queríamos potencializar a sua formação começando por atividades em que eles podem dar uma parte de si, contribuir com o que sabem e com o que eles são, representar a sua cultura e ao mesmo tempo ganhar experiência a comunicar com o público. (EJ)

Os objetivos iam de encontro aos do projeto Geração Tecla no seu todo, ou seja, capacitar os jovens, torná-los capazes e autónomos para falarem sobre o que é seu por nascimento e ajudá-los a ter um papel mais ativo na comunidade. (EJ)

Depois desenvolvemos a conversa em torno dos conteúdos das sessões e a forma como foram organizadas, de forma a perceber o porquê de se começarem estas formações com uma abordagem à história da comunidade e da cultura cigana:

As formações foram sobre a História e Cultura Cigana, mostrávamos um *power point* com os temas a abordar, falamos sobre eles e abrimos espaço à discussão e perguntas. É importante falar sobre o desconhecido, desmitificar. Por exemplo, o que acontece agora com os refugiados ou com os sírios também aconteceu há 500 anos com os ciganos só que não existia internet, os meios de comunicação de hoje e acabaram por ser os estranhos, os invasores, os que ninguém queria que viessem. Agora nós sabemos que os refugiados vêm porque estão a fugir da guerra, é sobrevivência, mas há 500 anos ninguém sabia, ninguém percebia, por isso temos imensas gerações de desinformação que temos de ir quebrando aos poucos para que as próximas sejam mais tolerantes, conhecedoras da situação. Os ciganos vieram em comunidade, com vestes totalmente diferentes, com costumes fora de tudo o que antes se havia visto e as pessoas acharam estranho... Hoje se acontecer já consegues estar informada sobre o porquê de acontecer, já não se acha estranho nem se rejeita... (EJ)

Através do desenvolvimento da entrevista, percebi que mesmo para os jovens que integram o projeto Geração Tecla há muitos anos, já não faz sentido serem formados nestes temas por técnicos que não partilham a mesma cultura que eles, causando diminuição de interesse, falta de comparência nas atividades e até alguma discórdia em relação a alguns temas. Além disso, pretende-se que os jovens saibam que podem ser e fazer aquilo que quiserem da mesma forma do que as pessoas pertencentes à sociedade maioritária, bastando que para isso se comprometam em cumprir o que lhes é pedido e que trabalhem para perseguirem as oportunidades:

Já fez sentido serem os não-ciganos a formar e a ensinar, eles estudam sobre as comunidades e sabem sobre elas, mas não passam por aqui e o retorno que recebemos dos jovens é que não têm tanto sucesso a longo prazo, eles acabam por se desinteressar e criar alguma situação de discordância ao longo do processo. Agora é tempo de serem os ciganos a trabalharem com e para as suas comunidades, quem melhor do que os que estão lá e vivem lá para saber o que precisam, o que esperam alcançar, o que faria diferença. Não faz sentido serem elementos da sociedade maioritária a ditarem mais uma vez qual é o caminho se podemos capacitar os nossos jovens e adultos ciganos para isso. (EJ)

Quando és alguém de dentro, alguém que fala da sua própria experiência, alguém que mostra a possibilidade de um futuro diferente acabas por ter muita mais atenção por parte dos jovens que te estão a ouvir. (EJ)

(...) no início eram as técnicas do projeto que organizavam as atividades só que o interesse acaba por não ser muito grande, os jovens diziam que sim, que iam participar, mas depois perdiam a motivação, acabavam por não aparecer. Mas quando vieram formadores ciganos dar formação sobre aquilo que é nosso conseguimos construir o grupo, definir objetivos, eles próprios sabem que fazem parte de algo maior. (EJ)

Foi referido pelos formandos que os conteúdos que aprenderam sobre a história e cultura cigana tiveram mais impacto devido à formação ter sido dada por ciganos, já que estão a falar sobre a sua própria cultura e fazem-no de forma diferente de outra pessoa que não seja cigana, mesmo que tenha estudado imenso sobre isso. Também é uma das coisas que a Joana menciona como tendo sido essencial para o sucesso do projeto e para captar a atenção do público para quem foram realizadas:

O impacto, a vibração, a atenção e o fervor é diferente, resulta muito melhor e eles vêm com mais vontade, conversam em casa sobre isso e é assim que se vai fazendo o caminho da integração pela inclusão. (EJ)

Os vídeos, que foram feitos em parceria com “Os Tais do Vídeo” e com revisão científica da professora Maria José Casa-Nova, têm um carácter informativo e educativo. Cada um deles aborda um preconceito associado à cultura cigana explica-o com base em factos históricos, sendo importante a criação desta ponte entre o que percebemos em relação às suas formas de viver e agir e a fundamentação histórica que as explique. Os temas abordados nos vídeos foram escolhidos em *brainstorming* com o grupo que identificou as dúvidas e mitos com os quais se deparam de forma mais recorrente, tendo tido o cuidado de os fazer não só em atenção à comunidade onde vivem em específico, mas também para todas as outras, que podem ter práticas em comum, mas que também são distintas, como explica a Joana:

E quando decidimos sobre o que iríamos falar chegamos a estes 6 não só por serem marcantes para nós, mas também para as comunidades ciganas em Portugal. Não sei se reparas, mas eu digo comunidades ciganas, e não comunidade. Porque não é uma comunidade, são várias e todas diferentes entre si, somos uma comunidade homogénea, mas também uma comunidade heterogénea e mesmo dentro da própria cidade de Braga existem comunidades diferentes E nem precisas de pensar só em Braga, mesmo dentro do bairro de Santa Tecla existem comunidades distintas, mas temos três costumes que são transversais a todas elas de Norte a Sul do país, que é o casamento, o luto e o homem das leis. (EJ)

A perceção que a Joana teve sobre a postura de quem assistiu às formações foi de que estavam muito interessados, queriam realmente saber mais sobre a História e Cultura dos ciganos e que o que aprenderam contribuiu para as funções que exercem no seu trabalho, já que lidam com pessoas desta etnia, e que levam para a vida em geral:

(...) a maior parte das pessoas desconhecia as questões que foram colocadas e viu-se nos debates, tinham muitas perguntas, muita curiosidade, achavam que era de uma maneira e depois ficaram surpreendidas a ver que não era bem assim. (EJ)

O facto de ter sido dada por jovens de etnia cigana ajudou a desconstruir e a amenizar o ambiente, algo que também foi mencionado por alguns formandos, como os das entrevistas 1 e 2, e que a Joana também salienta:

Nota-se que as pessoas ficam mais esclarecidas, depois de saberem e estarem informadas sobre como funciona e até se sentem mais à vontade para fazer questões em particular. (EJ)

A Joana referiu que o maior impacto que a formação teve foi sentido nas pessoas que lidam diariamente com a etnia cigana, especialmente em contexto escolar ou em atendimento, algo que foi referido nas entrevistas 5 e 7, por exemplo. Isto porque tanto nas escolas como no atendimento, um maior conhecimento das questões culturais das pessoas e crianças ou jovens em específico pode ajudar a promover uma maior tolerância e compreensão de algumas particularidades:

Foi como se tivessem visto uma luz e percebido muitas questões. Por exemplo, quando uma professora diz que está cansada, que o miúdo cigano não atina, está sempre a faltar, que não cuida das coisas ou que cheira mal e depois percebe a sua realidade e história começa a ter uma intervenção com ele totalmente diferente. Na parte dos atendimentos e acompanhamentos, os técnicos que lidam com pessoas de etnia cigana e que conhecem os factos que apresentamos acabam também por se tornar mais tolerantes, por exemplo, sabem que a pessoa faltou ao atendimento porque não pode sair de casa devido a estar em luto ou porque tinha alguém no hospital e tinha que estar lá presente com o resto da família. Normalmente nos trabalhos quando perdes alguém da tua família tens direito a 3 ou 5 dias dependendo do grau de parentesco.

Nós ciganos, seja quem for, temos 7 dias de luto e durante esses 7 dias não saímos de casa e as técnicas de intervenção também já acabam por se adaptar a isso, e nas escolas igual. (EJ)

Resgatando Kruger (2004:38) e a sua abordagem aos preconceitos sociais, têm como efeito imediato a discriminação, resumindo-se em “um tratamento injusto, quer dizer, uma forma de relacionamento, avaliação e atendimento comparativamente desigual e desfavorável, proporcionado a uma coletividade humana ou individualmente a pessoas que a integram”. Esta é uma das dinâmicas que todo o projeto Geração Tecla, o Grupo Jovens Ativos Ciganos e as próprias formações pretendem contrariar através de uma maior informação. Perguntei à Joana se já passou por alguma situação de discriminação dentro do seu local de trabalho:

Aqui em concreto não, nunca. Sempre me senti integrada, nunca recuaram perante mim nem perante colegas da minha etnia. Quem escolhe trabalhar aqui e nestes projetos, pelo menos das pessoas que conheço, é porque gosta. Mas conheço quem já tenha passado por situações de discriminação muito sérias... é para isso que trabalhamos, para ir educando e quebrando aos poucos. (EJ)

Mais à frente na entrevista mencionou uma situação pela qual passou e da qual diz nunca mais se esquecer:

Até aos meus 22 anos nunca tinha passado por nenhuma situação gritante tirando os olhares de lado. Mas aos 22 anos, e foi algo que me marcou muito, tive um segurança num hipermercado atrás de mim. Eu entrei, fui para a parte da cosmética e sentia-o atrás de mim nos corredores. Quando parei para ver alguns produtos vi-o a espreitar atrás de um mostrador e senti-me muito envergonhada, muito frustrada. Dei outra volta à loja e sentia-o sempre atrás de mim... quando bati de frente com ele dei-lhe uns olhos e comecei eu atrás dele pela loja e disse-lhe que esperava que aquilo não voltasse a acontecer. Fiquei magoada, não é por ser cigana que sou ladra nem mereço mais segurança do que uma pessoa qualquer. Foi puro preconceito, não devemos ser todos julgados da mesma forma. Eu não julgo uma pessoa da sociedade maioritária como corrupta, porque é que o fazem aos ciganos por acharem que todos são ladrões? É fazerem do cigano singular um plural, quando um cigano faz todos fazem. É como quando dizem que o cigano não trabalha, vive de rendimentos... e eu que sou cigana, trabalho e faço os meus descontos fico chateada. (EJ)

De salientar que “os olhares de lado” são situações que tanto a Joana como outros ciganos já assumem como normal. Isto leva-nos de volta ao conceito das representações sociais, que segundo Cabecinhas (2004:2) são a nossa forma de interpretar e regular a nossa relação com os outros, orientando o nosso comportamento. Estas imagens mentais que adquirimos, ainda que não nos apercebamos delas nem da forma como nos são intrínsecas, levam-nos a percebermos determinada pessoa ou conjunto de pessoas de forma diferente, segundo a sua raça ou etnia, atribuindo-lhe um comportamento ou personalidade consoante a ideia que temos do seu grupo de pertença.

Importa por isso ir contrariando estas questões, educar e informar. O ideal é que se comece a fazer este trabalho desde cedo, que se vá difundido nas escolas junto de alunos, técnicos e professores, para que desde as camadas mais jovens se vá quebrando as ideias que nos são passadas e se olhem para as diferenças culturais como apenas isso, algo de distinto e complexo como tudo aquilo que nos rodeia, mas com o qual podemos e devemos coexistir.

Ainda há muito caminho a percorrer, mas estas atividades são um começo, não só para os jovens que as organizam orgulhosamente em relação à sua cultura, mas também para quem assiste e fica mais rico, mais conhecedor de todas as realidades com as quais interagimos todos os dias. Passo a passo poderá ser feita a diferença e a mudança de opiniões, e para estes jovens e integrantes do projeto, estas ações significam tomar o controlo da situação e renovar mentalidades através da informação.

A Joana terminou a entrevista salientando a certeza da importância do caminho que está a ser percorrido e de que vão sempre existir desafios a quebrar, mas que o importante é o trabalho que já está a ser feito e a certeza de que ela e todos aqueles que fazem parte da sua etnia serem merecedores de poderem traçar o seu destino:

Mas é um caminho a fazer, o ponto mais importante é fazer aquilo que os nossos pais e avós não puderam, é fazer com que os nossos jovens saibam todos os seus direitos e deveres, que consigam atuar quando tiverem de o fazer, que tenham educação, que sigam os seus estudos. A educação é o caminho para inclusão. Eu antes de ser cigana, sou também cidadã portuguesa, sou mulher... O facto de ser cigana é apenas a cultura que sigo, a tradição, de onde venho. Nunca ditou aquilo que vou ser ou fazer. (EJ)

A análise que acabamos de fazer neste ponto reflete a pertinência e importância destas atividades. Efetivamente a educação é mesmo o caminho para a inclusão, para a tolerância, para a aceitação. Por vezes só nos falta a abrir os horizontes, permitirmo-nos ver para além do que conhecemos e do que nos é imposto. Reflete também o tanto que as vozes ativas são importantes para a conquista de um espaço mais equilibrado para todos e de como nos podemos permitir viver numa sociedade mais justa através do simples facto de escutarmos o que quem nos rodeia tem a dizer em relação a si próprio.

Em suma, importa agora resumir o que foi recolhido: existiam, efetivamente, algumas perceções por parte dos entrevistados em relação aos elementos de etnia cigana. No entanto, e através de apenas uma sessão de formação que terá durado cerca de 2h, incluindo o espaço para as dúvidas e a discussão, estas perceções foram “desbloqueadas” e deram aso a uma desconstrução de todas as ideias. Foi-lhes atribuída uma explicação, um background, e de repente deixaram de parecer tão significativas e intransigentes. Permitiu também uma aproximação mútua entre os formandos e jovens formadores e tornou o ambiente mais leve, já que se permitiu que fossem os próprios jovens a falar daquilo que é seu por natureza e sobre o qual têm tanto orgulho. O que advém daqui é que, através da partilha de conhecimento e da abertura de espaço para o diálogo, podemos começar a descolar rótulos e a olhar para as culturas diferentes e suas particularidades como algo que preenche o nosso mundo de diversidade e riqueza, dando-nos a possibilidade de o descobrir se nos tornarmos predispostos a isso.

## Conclusões

Chegando ao final deste estudo, considero pertinente concluir com o que identifico, quer no projeto Geração Tecla, quer no Grupo Jovens Ativos Ciganos, como a vontade de aproximação e de desconstrução dos muros que se foram erguendo ao longo dos tempos, convocando as palavras do Padre António Vaz Pinto (in Cortesão et al.,2005:5):

Para se passar, para se ultrapassar alguns obstáculos, é necessário construir pontes. Mas, para construir uma ponte, é indispensável a constância de “margens”, de um lado e de outro. Comunidade cigana de um lado, comunidade de acolhimento do outro, o ideal não é que desapareçam as “margens”, mas que se mantenham com a sua particularidade própria na riqueza da diferença. A ponte serve precisamente para que o trânsito se possa fazer num sentido ou no outro, sem medos, sem afastamentos, sem colisões...

Os objetivos deste estudo foram cumpridos: através das entrevistas, identificaram-se e compreenderam-se junto dos participantes as perceções e as eventuais atitudes estigmatizantes existentes em relação à etnia cigana, e aferiram-se os efeitos que as atividades desenvolvidas pelo Grupo Jovens Ativos Ciganos tiveram na desconstrução e descolagem dos rótulos, preconceitos e estereótipos a eles associados.

Identificaram-se as perceções referentes a várias questões, como o luto e o casamento, e que levantaram outras relacionadas com práticas peculiares e traços de personalidade, que, em suma geram processos de estigmatização social pelo simples facto de serem dissonantes da sociedade maioritária. Depois, compreenderam-se as dimensões em que estas estão presentes e contrastaram-se com as aprendizagens feitas nas atividades que o Grupo desenvolveu.

Das entrevistas concluiu-se que a educação pode ser promotora de uma maior inclusão e tolerância, já que nos proporciona as ferramentas necessárias para abrirmos horizontes e refletirmos sobre várias questões de maneira informada. Também foi ressaltada a importância que esta educação tem na construção de uma sociedade que se vá tornando cada vez mais igualitária, especialmente se for adotada como prática recorrente nas escolas, já que através das crianças e jovens existe maior potencial para a mudança de mentalidades que as dinâmicas estigmatizantes exigem que se quebre.

Também deste estudo se pode salientar a importância da mediação sociocultural, cuja importância foi comprovada pelos resultados que teve nos seus meios de influência. Isto volta a trazer ao de cima o quão importante é que ambos os lados das “margens” sejam ouvidos.

Através de todas as leituras que fiz e das conversas que surgiram desta pesquisa, percebi que a etnia cigana e quem dela faz parte acarreta muitas características que foram sendo vincadas pela sua história. Quem dela faz parte, apesar de integrar gerações que estão enraizadas em Portugal há muitos anos, continua a ser visto como uma espécie de estrangeiro, como alguém que não pertence aqui.

Como refere Castro (2012:118), no enquadramento que fiz mais acima, “os ciganos são o grupo que mais se sente discriminado nas principais áreas da vida social”, designadamente considerando as dificuldades que sentem em manter um percurso escolar ou profissional. A própria estrutura de oportunidades para um grupo e para outro é desigual. Talvez tenham sido os anos de rejeição que fizeram da figura cigana aquilo que a maioria das pessoas identifica, logo à partida, como sendo uma mera característica de personalidade. Li e guardei na memória uma frase, há uns anos, onde o racismo e o preconceito direcionado a povos com outras culturas é explicado como sendo algo primitivo, e que se pode reduzir a meros sinais de alerta que o nosso cérebro “preguiçoso” resgata da parte mais profunda do ADN e que identifica como uma tentativa de invasão de território, culminando numa associação a um cenário em que uma tribo diferente da nossa nos coloca em risco e temos que reagir de forma a afastá-la, o que nos dias de hoje se traduz numa exclusão de tipo cultural. O que se percebe na convivência com elementos de etnia cigana é que são um grupo que valoriza, simultaneamente, as características que o distinguem da maioria, como certas práticas culturais, a independência, a personalidade forte, coesão psicossocial, e as características tidas como alcançáveis para a sociedade majoritária, como o acesso ao trabalho estável, a possibilidade de progressão e de estudos e que são, na prática, contraditórias.

Deixo um excerto de um dos livros que li, da coleção Olhares (Casa-Nova & Palmeira, 2008:152), e que delinea o caminho para algo que, para já, ainda parece uma “utopia”:

Um dos maiores desafios que se coloca às sociedades contemporâneas consiste em perspetivar a diferença, qualquer diferença, a partir da própria diferença sem que isso implique uma inferiorização ou uma dominação do “outro” intra ou inter-etnicamente nos vários espaços de sociabilidade. Esta é uma das utopias que falta concretizar para que cada sociedade, em cada momento socio histórico, se construa moralmente da forma mais abrangente possível, perspetivando o “outro” como um elemento cujo lugar de pertença possa ser também aquele, que de forma livre ou constrangida, se tornou o seu lugar de (com)vivência.

Foi um trabalho com o qual aprendi muito. Eu própria identifiquei algumas ideias errôneas que tinha, que me foram passadas e que continuo a ouvir, em relação à cultura e hábitos da etnia cigana. Essas ideias só existiam porque desconhecia as suas fundamentações, ou seja, apenas por falta de informação ou porque nunca tinha parado para refletir sobre elas. O que mais percebi na convivência, que tanto o estágio curricular como este estudo me permitiram, foi o quanto para as pessoas de etnia cigana é intrínseco e importante o conceito de comunidade, e a necessidade que têm de conservar o grupo de pertença, por reverem nele um espaço de conforto, onde podem continuar a praticar e respeitar todos os valores que lhe foram passados e que vivem através da sua prática cultural. Além disso, sentem-se em desvantagem por estarem inseridos no que se considera uma minoria étnica e, conseqüentemente, estarem à parte da sociedade maioritária, onde parecem nunca encaixar.

Dos jovens que fazem parte deste grupo, e de todos os outros que desempenham atividades do género, ressalto a coragem e a importância destes passos que escolheram dar. Através da sua voz ativa e ao estarem a usá-la para falarem do que é deles por nascença, estão a defender todas as gerações anteriores e futuras, a legitimar a sua luta e a dar pequenos passos para a construção da “ponte” que falta.

Concluo este estudo, que foi trabalhoso no seu processo de elaboração, mas prazeroso na aprendizagem que dele se retira, com uma frase de Fonseca et al. (2005:69) que penso resumir tudo:

A literatura é abundante no domínio das perceções que os membros dos grupos maioritários possuem em relação a esta comunidade, e a importância destes estudos é indiscutível. Porém, parece-nos igualmente importante “dar a palavra aos ciganos”.

## Bibliografia

- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P.D. (1997) (orgs.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Bardin, L. (1995), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, A. M. (2014), *Uma introdução à abordagem sociológica das identidades*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Bruto da Costa, A. (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Cabecinhas, R. (2004). *Representações sociais, relações intergrupais e cognição social*. Paidéia, vol. 14, 28, pp.125-137.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das letras.
- Cabecinhas, R. (2009) *Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise*. In Baptista, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp.51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R. (2014) *Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais* In Silva, M.C. & Sobral, J. M. (orgs.) *Etnicidade, nacionalismo e racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 151-165).. Porto: Afrontamento.
- Casa-Nova, M.J. & Palmeira, P. coord. (2008), *Minorias*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Casa-Nova, M.J. (2006). *Etnicidade e Educação Familiar: o caso dos ciganos*. In *Revista Teoria e Prática da Educação* (ed. maio/agosto 2005, pp.207-214).
- Castro, A. & Santos, M. (2010), *Na busca de consensos para a promoção da coesão social: o percurso profissional de mediadores municipais ciganos*. In *Revista Cidades – Comunidades e Territórios* (nº20/21, pp. 139-154).
- Castro, A. & Santos, M. (2015), *Mediadores Municipais Ciganos: Balanço da avaliação de um projeto experimental (2009-2013) Relatório Síntese*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Castro, A. (2012), *Desigualdades sociais e etnicidade: o caso dos portugueses ciganos*. in Dias, N. & Dias, B.P., *Racismo e Imigração em Portugal* (pp. 115-136) Lisboa: Le Monde Diplomatique edição portuguesa.
- Cortesão, L, Stoer, S., Casa-Nova, M.J. & Trindade, R. (2005), *Pontes para outras viagens – escola e comunidade cigana: representações recíprocas (Olhares:1)*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Cuche, D. (1999), *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Cunha, M.I. (2016) *Cultura, diversidade, diferenciação. Um guia elementar*. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS.NOVA. UMinho).

- De Almeida, J. F. de & Pinto, J. M. (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais* (5ª edição). Lisboa: Editorial Presença.
- De Almeida, J.F. (1993), *Integração social e exclusão social: algumas questões*. In *Análise Social* (vol. 28, pp.829-834).
- Dias, E.C., Alves, I., Valente, N. & Aires, S. (2006), *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração* (Olhares:6). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Duarte, I., Castro, A., Afonso, J., Sousa, M., Salgueiro Antunes, M. & Lobo Antunes, M. J. (2005). *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros* (Olhares:4). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fonseca, E. P., Marques, J. M., Quintas, J. & Poeschl, G. (2005), *Representações Sociais das comunidades cigana e não-cigana: Implicações para a integração social*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Garcia-Marques, T. & Garcia-Marques, L. (2003), *Textos fundamentais. Os estereótipos e a sua influência no processamento de informação*. Lisboa: ISPA.
- Giddens, A. (2004), *Sociologia*. Alianza Editorial.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora.
- Kruger, H. (2004). *Cognição, estereótipos e preconceitos sociais*. In Lima, M. E. O. & Pereira, M. E., *Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. (pp. 23-40) EDUFBA.
- Major, B., & O'Brien, L. T. (2005), *The Social Psychology of Stigma*.
- Mendes, M. M. F. (2005), *Nós, os ciganos e os outros*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014), *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações.
- Moreira, C. D. (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Oliveira, A. & Freire, I. (2009), *Sobre...a mediação sócio-cultural* (Cadernos de apoio à formação: 3). Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Sêga, R. A. (2000), *O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Porto Alegre, Anos 90.

Sequeira, M. (2020), 150 anos de história da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Braga: Gráfica Diário do Minho.

Silva, A. M. C. (2010), Conflito(s) e mediação em contexto educativo. In *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, (vol. 18 (1), pp. 7-18).

Silva, A.S. & Pinto, J.M. (orgs.) (1987), Metodologia das Ciências Sociais. Porto, Afrontamento.

Silva, M.C. (2009), Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados. In *Configurações. Revista de Sociologia* (vol. 1, nº1, pp.7-8).

---

<sup>1</sup> Como descrito no site da Juventude de Braga acerca do Projeto Geração Tecla (<http://jcvbraga.net/pt/projectos/geracao-tecla>)

<sup>2</sup> Retirado do site institucional da organização (<https://braga.cruzvermelha.pt/>)

<sup>3</sup> Cf. <https://braga.cruzvermelha.pt/> Consultado em 12/12/2020)

<sup>4</sup> Retirado do livro "150 anos de história da Delegação de Braga"

<sup>5</sup> Retirado do site institucional da organização (<https://braga.cruzvermelha.pt/>)

<sup>6</sup> Como descrito no site do ACM <https://www.acm.gov.pt/pt/-/escolhas> (Consultado a 12/01/2021)

<sup>7</sup> Como descrito no site Inovinter ([https://www.inovinter.pt/projeto-geracao-tecla-e6g/?doing\\_wp\\_cron=1613392654.4694559574127197265625](https://www.inovinter.pt/projeto-geracao-tecla-e6g/?doing_wp_cron=1613392654.4694559574127197265625)) sobre o projeto Geração Tecla, (consultado a 7/01/2021)

<sup>8</sup> Como descrito no site <https://www.coe-romed.org/> (consultado a 7/04/2021)

<sup>9</sup> Como descrito no site do ACM <https://www.acm.gov.pt/-/estrategias-locais-de-integracao-das-comunidades-ciganas-programa-romed-avanca-para-nova-edicao> (consultado a 7/04/2021)

## **Anexo 1**

### **Guião Entrevista Formandos**

Esta entrevista realiza-se no âmbito do projeto de investigação do Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura.

Tem como objetivo analisar os efeitos das atividades formativas desenvolvidas pelo Grupo Jovens Ativos Ciganos em relação à desmitificação de preconceitos relativos à etnia cigana.

Os resultados obtidos nesta técnica de recolha de dados são anónimos e confidenciais, sendo unicamente utilizados no âmbito deste trabalho de investigação. Não existem respostas certas ou erradas, interessa apenas recolher opiniões concretas em todas as questões, pelo que agradeço a maior sinceridade.

Obrigada pela sua colaboração.

#### **1. Perfil do Formando/a**

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias:

\_\_\_\_\_

Ação de formação/quando participou:

\_\_\_\_\_

Cargo que desempenha ou desempenhava aquando da formação:

\_\_\_\_\_

Tempo de serviço no local de trabalho atual: \_\_\_\_\_

Outras experiências profissionais:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### **2. Contextos de trabalho e relações com elementos de etnia cigana**

No exercício das suas funções, contacta diretamente com elementos de etnia cigana?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Vou pedir-lhe que fale um pouco sobre os contextos desta relação e as tarefas que desempenha

---

---

### **3. Perceções/avaliação da formação**

Como foi a ação de formação em que participou? Concretamente, que atividades foram feitas pelos formadores?

---

---

Que conhecimentos adquiriu?

---

---

Considera que a formação foi útil para o trabalho que tem vindo a desenvolver? -

---

---

Em relação aos temas abordados nos vídeos e na formação, tinha alguma ideia contrária ao apresentado antes de os ver? Se sim, qual? -

---

---

O que mais gostou na formação e o que menos gostou?

---

---

Algo mudou na sua perceção em relação aos hábitos e costumes apresentados? -

---

---

Se lhe fosse dada a oportunidade de frequentar uma nova formação relativa à etnia cigana, estaria interessado? E o que gostaria de ver abordado?

---

---

## Anexo 2

### Guião Entrevista aos Formandos CVP

Esta entrevista realiza-se no âmbito do projeto de investigação do Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura.

Tem como objetivo analisar os efeitos das atividades formativas desenvolvidas pelo Grupo Jovens Ativos Ciganos em relação à desmitificação de preconceitos relativos à etnia cigana.

Os resultados obtidos nesta técnica de recolha de dados são anónimos e confidenciais, sendo unicamente utilizados no âmbito deste trabalho de investigação. Não existem respostas certas ou erradas, interessa apenas recolher opiniões concretas em todas as questões, pelo que agradeço a maior sinceridade.

Obrigada pela sua colaboração.

#### 1. Perfil do formando/a

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

\_\_\_\_\_

Ação de formação/quando participou:

\_\_\_\_\_

Cargo que desempenhava/desempenha aquando da formação:

\_\_\_\_\_

Tempo de serviço na Cruz Vermelha: \_\_\_\_\_

Experiências profissionais anteriores:

\_\_\_\_\_

---

---

#### 2. Contextos de trabalho e relações com elementos de etnia cigana

Tendo em conta que no exercício das suas funções se relaciona com pessoas da etnia cigana, vou pedir-lhe que fale um pouco sobre os contextos dessa relação e as tarefas que desempenha

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

No seu quotidiano aqui na Cruz Vermelha interage diretamente com colegas de etnia cigana?

\_\_\_\_\_

Faz atendimento direto a pessoas de etnia cigana? / Triagem de pedidos de apoio a pessoas de etnia cigana?

---

Tem feito trabalho diretamente no bairro de Santa Tecla? \_\_\_\_\_

Concretamente, com jovens, crianças, adultos, mulheres, famílias? \_\_\_\_\_

### **3.Percepções/avaliação da formação**

Como foi a ação de formação em que participou? Concretamente, que atividades foram feitas pelos formadores?

---

---

---

Que conhecimentos adquiriu?

---

---

---

Considera que a formação foi útil para o trabalho que tem vindo a desenvolver na Cruz Vermelha?

---

---

Em relação aos temas abordados nos vídeos e na formação, tinha alguma ideia contrária ao apresentado antes de os ver? Se sim, qual?

---

---

---

O que mais gostou na formação e o que menos gostou?

---

---

Algo mudou na sua percepção em relação aos hábitos e costumes?

---

---

---

Se lhe fosse dada a possibilidade de frequentar uma nova formação relativa à etnia cigana, o que gostaria de ver abordado?

---

---

---

Anexo 3

Problemáticas	Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7
<p>- Relação no contexto de trabalho com elementos de etnia cigana</p>	<p>“é muito breve, acontece em situações onde é necessário elaborar relatórios sociais ou no encaminhamento de respostas às suas necessidades na comunidade. Por vezes é apenas um atendimento presencial ou por telefone.”</p>	<p>“coordenação do consórcio e das equipas e estava presente nas atividades”  “supervisão das ações que estão a ser implementadas”  “a integração dos jovens e crianças nas ocupações de tempos livres e também integrar e formar as mães em ateliers para que os miúdos não pudessem ficar em casa e tivessem de vir às atividades também”</p>	<p>“beneficiários ou candidatos a apoio habitacional por parte da Braga Habit.”  “Na CPCJ faço acompanhamento com crianças, jovens e famílias em situação de risco, especialmente em casos relacionados com o absentismo escolar.”</p>
<p>- Representações em relação à etnia cigana (negativas/positivas)</p>	<p>“a questão de as crianças terem dificuldade em frequentar a escola de manhã, uma vez que não são acordadas pelos adultos, que preferem respeitar o seu sono, bem como as ausências prolongadas à escola que podem ter motivos variados como casamentos ou falecimentos.”  “A parte do casamento também foi muito bem abordada, são aquelas ideias que temos em relação às comunidades ciganas mas acabamos por não saber se são mito ou se atualmente ainda se praticam(...).”</p>	<p>“já tinha um background de terreno e já tinha estudado sobre isso”</p>	<p>“acabei por desenvolver alguns conhecimentos mesmo por causa dos contextos de relação laboral que estabeleço, fui sendo capaz de perceber algumas coisas”</p>
<p>- Influência da formação na representação em relação à etnia cigana</p>	<p>“compreendi melhor a questão do homem das leis e qual a necessidade da existência de alguém que desempenha essa função.”</p>	<p>“gostei da forma como abordaram as temáticas, especialmente a do luto, explicando os tempos e a razão das vestes que nós automaticamente associamos aos ciganos.”</p>	<p>“deu para perceber a fundamentação de algumas questões, como por exemplo a do casamento. Gostei da forma como explicaram e percebi o porquê de combinarem e incentivarem</p>

Anexo 3

	<p>“compreendi a existência de escalões sociais ou hierárquicos dentro das comunidades e a relação que essas regras acabam por ter com a forma de os ciganos agirem entre eles e na comunidade”</p> <p>“A parte do casamento também foi muito bem abordada”</p> <p>“estando mais informados do que se passa à nossa volta acabamos por nos tornar mais tolerantes”</p> <p>“Tive ainda a oportunidade de refletir melhor sobre a dificuldade de integração de um jovem ou adulto cigano no mercado de trabalho devido aos preconceitos existentes em relação à comunidade cigana.”</p> <p>“a importância da figura de um mediador cigano, que consegue identificar melhor os problemas que envolvem as comunidades e que passando a fazer parte de projetos que pretendem uma melhor integração facilita também a resolução de conflitos dentro das mesmas.”</p>	<p>“esta informação é o caminho para sermos estarmos mais esclarecidos e podermos olhar para diversas situações de outra forma”</p> <p>“Faz toda a diferença, uma coisa é estudar ou ler sobre as coisas, outra coisa é ouvir pela boca de quem vive essa cultura, mas também quis explorar o porquê de ser assim e não de outra forma e desconstruiu para poder trazer até nós, que somos da sociedade majoritária, um pouco desse conhecimento.”</p> <p>“importância do papel do dinamizador comunitário e das vantagens de também ele ser cigano para facilitar o acesso a estas comunidades.”</p> <p>“teriam melhor retorno se esta mediação fosse feita com um elemento cigano e outro não cigano para adequar tanto a um público como a outro.”</p>	<p>o casamento entre membros da mesma família.”</p> <p>“percebi melhor a questão do absentismo, das profissões que lhes são características e como essa parte cultural tem tanta influência nas suas práticas ainda atualmente”</p> <p>“na questão dos homens das leis, eu tinha a dúvida de que se as leis deles se baseiam na oralidade, então como fazem para as passar de geração em geração sem serem alteradas? A partir dessa dúvida surge o porquê de preferirem casamentos entre pessoas da mesma comunidade”</p>
--	---	---	--

Anexo 4

<b>Problemáticas</b>	<b>Entrevista 1</b>	<b>Entrevista 2</b>	<b>Entrevista 3</b>	<b>Entrevista 4</b>
- Relação no contexto de trabalho com elementos de etnia cigana	<p>“sempre lidei com pessoas de etnia cigana”</p> <p>“supervisiono alguns projetos que envolvem ciganos, ajudo na mediação e acompanho o desenvolvimento de atividades.”</p> <p>“lido com os jovens voluntários e vou conhecendo algumas famílias apoiadas pelos nossos projetos.”</p> <p>“A única colega de etnia cigana com quem trabalhei foi com a Joana<sup>1</sup>”</p>	<p>“não tenho relação direta com pessoas de etnia cigana no meu trabalho, quando tenho é pontual, mas já tive em contextos de trabalho no Geração Tecla, no apoio ao estudo quando era necessário e em algumas atividades que desenvolvia.”</p> <p>“a única pessoa com quem tinha contacto em contexto laboral era a Joana.”</p>	<p>“na escola onde trabalho atualmente (...) a presença da comunidade cigana é muito forte, e acabo por contactar com alguns alunos. Na altura em que era animador sócio cultural tinha mais contacto, tanto com os jovens, crianças e as suas famílias.”</p> <p>“Com colegas tinha apenas contacto com a Joana.”</p>	<p>“Atualmente tenho um contacto próximo com dois alunos que acompanho e que são de etnia cigana.”</p> <p>“apoio e acompanhamento dos alunos e acabo por ter contacto com a estrutura familiar deles.”</p> <p>“na altura em que estive no projeto interagi apenas com a Joana em contexto de trabalho.”</p>
- Representações em relação à etnia cigana (negativas/positivas)	<p>“sabia que os casamentos combinados são uma prática, mas não sabia que não era obrigatório casar com quem estavam prometidos.”</p> <p>“lembro-me de ter ficado surpreendido com o tempo de luto e com os homens não poderem cortar a barba”</p>	<p>“havia algumas coisas que não sabia, por exemplo a questão de o luto variar em duração consoante o grau de parentesco. “</p> <p>“Sabia por exemplo da questão dos casamentos combinados, mas só depois de ouvir a explicação é que percebi realmente como funciona essa dinâmica, pensei que era algo linear, mas percebi quais as razões para ainda existirem casamentos combinados, ainda que raros, e as alternativas que existem caso algum deles não queira casar.”</p>	<p>“fui-me apercebendo de algumas práticas como por exemplo, quando estão de luto, algumas famílias ciganas retiram toda a mobília de casa no dia do funeral e colocam na rua. Visto de fora parece algo muito inusitado, surge logo o preconceito “os ciganos são porcos””</p> <p>“Não tinha noção que era uma cultura tão rígida em relação a estes aspetos (luto).”</p> <p>“Crescer com eles não foi fácil, mas fui adaptando as minhas ações e o meu discurso à medida que fui tomando</p>	<p>“Já tinha estudado os dias de luto e as roupas, mas não sabia da proibição de ver televisão durante o tempo de luto, por exemplo, e mesmo algumas questões em relação à vida das esposas após a morte do marido ou do pai.”</p> <p>“As dúvidas que me iam surgindo em relação a costumes ou posições eu ia colocando à medida que me ia sentindo à vontade, por exemplo na interação com a Joana e com os jovens integrantes das atividades na Geração Tecla.”</p>

<sup>1</sup> Joana é um nome fictício.

Anexo 4

			conhecimento de algumas particularidades.”	
- Influência da formação na representação em relação à etnia cigana	<p>“acabamos por ganhar algum respeito porque compreendemos algumas coisas que antes não nos faziam sentido”</p> <p>“ficou um ambiente mais leve, como se nos tivéssemos ficado a conhecer melhor”</p> <p>“o simples facto de ficarmos mais esclarecidos vai fazer com que noutras situações consigamos ter uma visão mais abrangente da situação”</p>	<p>“descobri que para haver divórcio basta a mulher dizer que se quer separar, não precisa de ser mútuo acordo e fiquei muito surpreendida por ela ter um papel decisivo e uma presença superior em relação ao homem nesse aspeto.”</p> <p>“saímos daquela sala depois da formação e parecíamos um só grupo”</p> <p>“abriram-se portas para se abordarem outros temas mais à vontade”</p> <p>“O papel do mediador cigano e a sua importância também ficou muito clara.”</p>	<p>“falaram na origem das comunidades ciganas e do seu percurso migratório, gostei de perceber de onde vieram e porquê, estando isso relacionado com alguns traços identitários e culturais que perduram até hoje.”</p> <p>“algumas das informações que nos foram dadas na formação ou que fui adquirindo ao longo do meu percurso profissional teriam sido úteis na altura em que era mais jovem, teria sido bom ter o conhecimento para poder falar disso de uma forma desconstruída até com os próprios elementos com quem tinha contacto.”</p> <p>“Fez com que criássemos mais empatia, ficou tudo mais desconstruído.”</p>	<p>“Compreender as dinâmicas de comportamento, as razões de serem assim ajuda-nos a quebrar essa barreira da diferença e a ter propriedade para agir neste tipo de situações de forma apropriada para que haja evolução tanto para nós como para eles.”</p> <p>“seria crucial aplicar este tipo de atividades a quem lida com jovens de etnia cigana em contexto escolar”</p>

## **Anexo 5**

### **Informante privilegiado – Bruno Gonçalves**

Bruno Gonçalves é o vice-presidente da Associação Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas. É também vice-presidente do Centro de Estudos Ciganos e Delegado Nacional do Programa ROMED.

Contactei-o através do email que a Virgínia me forneceu e depois por chamada telefónica, onde tive a oportunidade de esclarecer algumas questões e recolher mais informação que me foi essencial para o enquadramento:

“A minha intervenção foi proposta pela Virgínia respondendo à necessidade de os jovens terem formação primeiramente na sua história e cultura para depois poderem ser eles mesmos a disseminar estas ações de formação. Este grupo de Jovens Ativos não seguiu as diretrizes de um grupo comunitário, tendo sido seguida uma metodologia diferente baseada na definição de atividades que fossem o ponto de partida para outras que se seguiriam. A maior dificuldade prendia-se pelo facto de o grupo não ter nenhum mediador cigano, eram os próprios técnicos e dinamizadores que iniciavam as atividades e estas resultavam apenas na medida em que os jovens permitiam. Quando se trata de grupos de Jovens Ativos em contexto comunitário, estes grupos são formados por qualquer tipo de jovens, é identificado o problema, definida a prioridade e a proposta é apresentada ao município. Este grupo em concreto teve moldes diferentes, foi usado para a sua participação no programa Escolhas e pretendia tornar-se uma atividade recorrente para aquele conjunto de jovens. Cerca de 70%, 80% dos ciganos em Portugal conhece a sua cultura porque a vive, mas não conhece a sua história e este foi um ponto importante de abordar, foi algo que eles escolheram disseminar como meio de atenuar o preconceito, como forma de educar a sociedade maioritária e permitir que ela se aproxime da nossa cultura e história, percebendo as dinâmicas necessárias para que nos possamos adaptar uns aos outros.

Em relação ao papel que um dinamizador cigano tem em atividades como esta eu diria que é fundamental, há espaço para tudo mas é estabelecida uma relação de maior confiança, mais atenção e respeito, a mudança tem mesmo de vir de dentro e os próprios jovens das comunidades precisam de sentir a segurança de ter alguém que luta pelos interesses que são comuns a eles também.”

Informações obtidas por email, e após uma conversa telefónica, em janeiro de 2021

## **Anexo 5**

### **Informante privilegiado – Virgínia Santos**

Virgínia Santos era a coordenadora dos Projetos Geração Tecla aquando da criação do Grupo Jovens Ativos Ciganos. Licenciada em Sociologia, ramo de Políticas Sociais, trabalhou na Juventude Cruz Vermelha entre março de 2014 e dezembro de 2018, tendo coordenado duas gerações do projeto.

Através de uma conversa telefónica e por email recolhi algumas informações que foram pertinentes para o enquadramento do grupo:

A criação do Grupo Jovens Ativos Ciganos surge na sequência do trabalho desenvolvido junto das crianças, jovens e famílias da comunidade cigana do Bairro de Santa Tecla. Percebeu-se que os jovens, mesmo demonstrando interesse nas atividades, não acreditavam neles próprios, na capacidade de mudança e na influência que poderiam ter mesmo dentro da sua comunidade. Levantou-se ainda a questão de a maioria das pessoas que trabalham para a integração das comunidades ciganas serem da sociedade maioritária, havendo sempre diferenças de pensamento e limitações na interação, já que os próprios jovens levantavam muitas vezes a questão de “tens razão, mas não percebes porque não és cigana”. Eu acredito que as verdadeiras mudanças têm de vir de dentro, e neste sentido, tornou-se crucial envolver os jovens da comunidade no seu processo de mudança e integração, mantendo-os como parte do trabalho desenvolvido desde o diagnóstico dos problemas até às propostas de solução e à sua própria implementação.

Quando surgiu a oportunidade de ter o apoio do “ReEscrever o nosso Bairro”, convidei jovens de outras comunidades do país a desenvolver um programa de ação/formação com os jovens da comunidade de Santa Tecla e alguns de Vila Verde, no sentido de os motivar e capacitar para terem um papel ativo nas transformações das suas comunidades. Esta formação não formal tratava-se de os motivar pelo caminho do exemplo, para que pudessem ver com os seus próprios olhos que um jovem cigano pode fazer aquilo a que se propuser, e que as primeiras barreiras a serem quebradas são as deles mesmos. Os jovens convidados para desenvolver este programa de formação numa primeira fase vieram de vários pontos do país como Lisboa, Algarve, Ericeira, Esposende e Figueira da Foz. Todos estes jovens eram ciganos, licenciados ou a frequentar uma licenciatura e tinham em simultâneo um papel ativo nas suas próprias comunidades, tendo sido o ponto de partida para os jovens da comunidade bracarense despertarem a vontade de seguir caminhos diferentes dos que até então haviam traçado. Nesta primeira fase, o Bruno Gonçalves contactou com eles, mas foi um contacto à distância e pontual. Os jovens tiveram primeiro a oportunidade de aprenderem algumas técnicas para falarem mais à vontade em público, tendo sido o ponto de partida para a formação mais específica que tiveram a seguir.

Na segunda fase do projeto, que foi quando o grupo realizou a candidatura ao FAPE (linha de financiamento específica para o apoio à integração das comunidades ciganas), foi quando se iniciou a formação direcionada para História e Cultura Cigana com o Bruno Gonçalves. O início desta formação foi importante porque tiveram a oportunidade de aprender sobre a sua própria identidade e cultura, algo sobre o qual a maioria dos jovens não tinha conhecimento, e porque esta formação foi dada por um membro também ele de uma comunidade cigana e com grande representatividade e voz ativa em Portugal. Neste tempo de formação, o Bruno transmitiu-lhes conteúdos sobre a sua própria história e cultura ao mesmo tempo que os capacitou para que eles mesmos, de forma autónoma, pudessem agir como dinamizadores destes conhecimentos. Foram então realizados alguns workshops dentro da organização e em associações e escolas, sempre com o apoio do Bruno numa fase inicial.

Numa terceira fase, desenvolveu-se um conjunto de conteúdos em formato de pequenos vídeos (DesPreConceito), que foram disponibilizados online nas redes sociais da Geração Tecla como ferramentas de sensibilização e apoio à (in)formação sobre comunidades ciganas. As histórias retratadas nestes vídeos são resultado das experiências vividas pelos jovens, tendo sido eles a escrever os guiões e a interpretar as situações. Os conteúdos foram organizados por mim com o apoio, orientação e validação da professora Maria José Casa-Nova.”

Informações obtidas através de uma conversa telefónica em dezembro de 2020 e por email em janeiro de 2021